

Julho de 2018

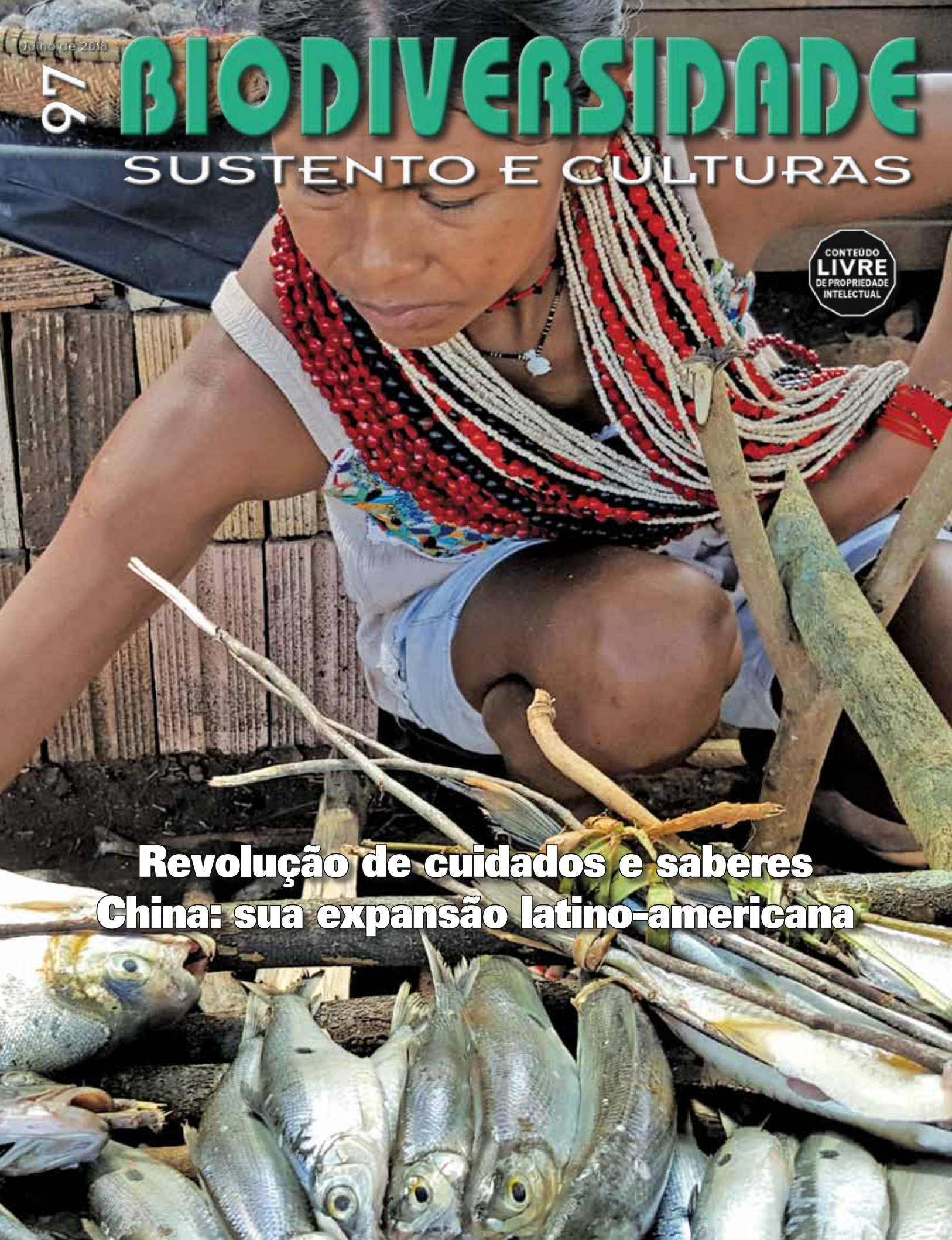
97

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

CONTEÚDO
LIVRE
DE PROPRIEDADE
INTELLECTUAL

Revolução de cuidados e saberes
China: sua expansão latino-americana



Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accioneologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodyla@gmail.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Via Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Maria Eugenia Jeria, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Valter da Silva, Brasil
Germán Vélez, Colômbia
Sylvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Evangelina Robles, México
Sylvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodyla@gmail.com

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacionso@gmail.com
ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com
Amanda Borghetti (Brasil)
amanda.borghetti@yahoo.com.br

EDITORIAL 97	1
De transgênicos e outros demônios <i>Alex Naranjo (Acción Ecológica)</i>	2
Nosso caminho para a soberania alimentar <i>Biodiversidade/CLOC</i>	6
O futuro da China como gigante em expansão <i>Entrevista de Maria Eugenia Jeria com Ariel Slipak</i>	8
A China e o controle dos fluxos de mercadorias no México <i>Biodiversidade</i>	17
O dragão asiático na América Central <i>Nery Chaves García</i>	18
A Revolução dos Cuidados: táticas e estratégias <i>Alicia de Blas</i>	20
Construção coletiva de saberes <i>Yessica Alqueciras, José Godoy e Evangelina Robles (Colectivo por la Autonomía)</i>	28
O G-20 e suas mentiras sobre a agricultura e a alimentação <i>Acción por la Biodiversidad, GRAIN, Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (Calisa)</i>	35
“Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares” <i>Carta da 17 Jornada de Agroecologia do MST</i>	38

A capa, que é uma foto de Leonardo Melgarejo, nos mostra uma defumação de peixe por Durcilene Até, do povo rikbatktsa, para uma festa no norte do Mato Grosso brasileiro. Também vêm do Brasil os desenhos dos povos waiwai, borari e morcego da região oeste do Pará, Brasil, que são mostrados em algumas páginas.

Algumas foram tiradas no Encontro de Escolas de Agroecologia da Via Campesina em Cuba, por Viviana Rojas Flores (Biby) – Via Campesina. Outras foram tiradas em Cotopaxi, Chimborazo, Cayambe e Esmeraldas, no Equador, por Alfredo Andrango, Edwin Chancusig, Martha Pacheco e Wilson Vega. As fotos da Colômbia foram tiradas por Viviana Sánchez, nossa colaboradora, e a foto de Guacimal, na Costa Rica, por Zuiri Méndez.

Agradecemos o apoio da Fundação Siemenpuu, a Fundação Fastenopfer e a Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). Na versão impressa no Brasil, em português, esta publicação foi apoiada pela Fundação Rosa Luxemburgo com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

A foto nos mostra Durcilene Até, do povo rikbaktsa, defumando peixe para uma festa, no Mato Grosso brasileiro. Uma ação simples, comum, mas que está sendo realizada com todo o cuidado e atenção possíveis, porque fazê-la significa um gesto de carinho para com a sua família, a comunidade, para com o próprio peixe, ao prepará-lo como merece um presente assim que nosso entorno de subsistência, nosso território, nos oferece sempre, desde que tenhamos outra série de cuidados que envolvem pescar e ao mesmo tempo manter a vida dos peixes e do rio, e das nuvens, e das árvores e como tal, da floresta. É manter uma trama de detalhes que envolvem várias conversas das pessoas com os seres naturais e espirituais que coabitam conosco nessa criação mútua, onde cada qual importa porque valorizamos a relação, as relações. São tecidos complexos de vínculos que ultrapassam muito a simples ideia de solidariedade porque aqui se trata de carinho para com as demais pessoas, para com tudo o que, por sua vez, cuida de nós: a floresta, a chácara ou a *milpa*, os corpos de água (rios, mananciais, lagoas), o *páramo*, a selva ou o deserto.

São os cuidados: tudo aquilo que se faz (e se tem necessariamente que fazer para manter o fluxo de nossa vida). Para resolver o que é mais importante para nós, o que termina sendo o mais pertinente para nossa vida individual e nossa vida com outros e outras. O coletivo, a comunidade. E com a chamada Natureza.

E se isto é tão claro no âmbito rural (por isso é tão crucial a existência camponesa e o cultivo de toda sua experiência para o mundo), nas cidades onde os vínculos estão sempre em processo conflitivo de fragmentar-se, muito mais do que no campo, isto se torna urgente – visceralmente de vida ou morte para as pessoas nos bairros, nas comunidades, nas famílias. Para nosso coração de pessoas que se importam com o que venha. Para os que sentimos responsabilidade e cultivamos nosso coração e nossa razão, nossa história e nossa justiça sem nos perder na mesquinha e no egoísmo, na irracionalidade da superficialidade e da escravidão interior.

As tentativas de controle dos sistemas nos têm enredados em suas premissas e buscam rasgar o tecido do que somos, nos tornarmos dependentes, precarizados e propensos a trabalhar nas piores condições.

Como podemos romper os círculos viciosos que nos aprisionam. Como impedir que aqueles que buscam nos subjugar nos façam pensar (e sentir) que tudo é culpa nossa. Que somos incapazes, ignorantes, ineficazes, obsoletos, dispensáveis.

Como impedir que nos roubem a narrativa de nossa existência, que apaguem em nós as razões da expropriação, da devastação ou da subjugação.

Abramos nosso olhar para entender a imposição de tanto desenraizamento, da sinistra influência de indústrias, corporações, e organismos internacionais e governos nacionais. Defendamo-nos e impeçamos a invasão e a monopolização. Sejam empresas ou países estrangeiros. Sejam os Estados Unidos, a China, a Rússia ou qualquer bandeira que se arrogue o poder de submeter países, comunidades, regiões, com seus bens comuns, suas riquezas materiais e espirituais. Esse sentido de não nos deixarmos é talvez o mais extremo e crucial dos nossos cuidados. ❀



Foto: Leonardo Melgarejo, como parte do filme *Rikbaktsa Soho* de Dagmar e Muirilo (Essá Filmes), Brasil, 2018

São os cuidados: tudo aquilo que se faz (e se tem necessariamente que fazer para manter o fluxo de nossa vida). Para resolver o que é mais importante para nós, o que termina sendo o mais pertinente para nossa vida individual e nossa vida com outros e outras. O coletivo, a comunidade. E com a chamada Natureza.

De transgênicos e outros demônios

Alex Naranjo (Acción Ecológica)

2

A luta contra os cultivos transgênicos no Equador vem de longa data. Um dos primeiros intentos nos remete à época dos governos neoliberais nos quais as empresas *Monsanto* e *Delta and Pine Land* situaram seus esforços em semear algodão transgênico na Costa do Equador. Um projeto que não prosperou pela ação das organizações camponesas e do movimento ecologista, que mostramos os perigos que isto representava para as economias camponesas e para a agrobiodiversidade.

A transição do modelo neoliberal foi uma etapa forte de propostas dos setores camponeses (na qual se inclui a rejeição às sementes geneticamente modificadas) e teve como marco histórico o ano de 2008 com o processo constituinte, onde muitas das demandas históricas dos camponeses foram consideradas dentro dos artigos. Uma dessas demandas pode ser encontrada no artigo 401 onde está expressa uma proibição explícita à entrada de sementes e cultivos transgênicos¹, embora, por solicitação do executivo, deixe aberta a possibilidade excepcional de permitir os transgênicos por motivos de interesse nacional e com a aprovação prévia da Assembleia Nacional.

Com isso criou-se um anteparo constitucional (o primeiro na América Latina) que, de maneira específica, declarou o Equador livre de sementes e cultivos transgênicos que atentem contra a soberania alimentar, os ecossistemas e a saúde dos equatorianos. Esta decisão gerou tanta repercussão no mundo, que a Comissão Coordenadora Internacional da Vía Campesina emitiu uma declaração saudando a iniciativa e o momento político que mostrava uma mudança na política agrária equatoriana. A declaração finaliza dizendo:

Temos a segurança de que seu governo soberano será mais sensível ao pedido de milhões de camponeses e camponesas do mundo e não cederá às intenções de transnacionais como a Monsanto de converter a alimentação em mais uma mercadoria.²

Não levou muito tempo para que esse interessante momento para fortalecer políticas públicas orientadas à defesa da soberania alimentar e ao bem viver se transformasse em um cenário de tensão sobre a direção do programa agrário nacional.

A partir de 2013, o governo, em coordenação com a aliança público-privada, gerou uma mudança de orientação nas propostas para o campo que resultou em um conjunto de regras que buscam regular os comportamentos produtivistas no setor agro, onde as propostas de promoção e incentivos, e os valores como a solidariedade, a autodeterminação e a interculturalidade passam para o segundo plano, e a atenção é colocada em segurança, controle e regulamentação fitossanitária.³

É nesta etapa que se dá início à consulta sobre uma lei de sementes⁴ em que foram discutidos dois projetos contraditórios: o primeiro apresentado por movimentos sociais após uma ampla discussão com organizações de todo o país, onde se buscou mostrar a aliança natural entre a agrobiodiversidade, a agroecologia e as sementes; em contraponto, o segundo projeto, apresentado pela Assembleia Nacional aliada com as empresas de sementes associadas dentro de Ecuasem⁵, priorizou melhorar a competitividade dos setores agroindustriais e agroexportadores.

Um dos pontos que permite representar claramente a discussão é a “qualidade” das sementes. Para a agricultura camponesa, uma semente de qualidade é aquela que se adapta às condições ambientais e climáticas; que é resistente a determinadas pragas, que atende necessidades nutricionais, preferências de sabor e de aroma, etc. A qualidade nas sementes certificadas (que são as que têm mais controles) é menos exigente, tem a ver com o tamanho, a cor e a forma homogênea, e que seja compatível com os fertilizantes e agrotóxicos para seu crescimento.

De dois projetos de lei contraditórios, adivinham qual foi aprovado. Em seguida, e pouco antes de terminar suas funções, o ex-presidente da República vetou o artigo 56 da recém aprovada “Lei Orgânica de



Efeitos dos transgênicos sobre os plantios de milho em Campoalegre, Huila, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

Agrobiodiversidade, Sementes e Fomento à Agricultura Sustentável”, permitindo a entrada de sementes e cultivos transgênicos no Equador, para serem utilizados “para fins de pesquisa”.

Foi assim que em tempo recorde, e como triste presente pelo Dia da Criança, em 1º de junho de 2017 foi aceito o veto na lei. Aparentemente, se tentava pagar com transgênicos a grande dívida agrária que o anterior governo acumulara.

Este veto tem vícios de forma, já que não levou em conta a obrigação de fundamentar o interesse nacional e a aprovação da Assembleia Nacional para permitir a entrada de sementes transgênicas. Além disso, o veto foi aprovado desconhecendo-se o consenso das organizações sociais na etapa de consulta pré-legislativa, onde as discussões centrais se basearam em sementes nativas e agrobiodiversidade.

Sobre os fins de pesquisa cabe uma pergunta central:

Em um país como o Equador, com recursos limitados, para que se quer iniciar pesquisa com uma tecnologia que é extremamente cara, que é arriscada, que está controlada por empresas transnacionais, e que não poderá jamais ser aplicada no país por ser inconstitucional?

As necessidades de pesquisa deveriam ser enfocadas em outros espaços onde existam problemas urgentes: por exemplo, realizar um processo de transição para tirar do mercado os agrotóxicos al-

tamente perigosos e com isso diminuir progressivamente a dependência tecnológica das empresas de agrotóxicos.

As sementes transgênicas não estão desenhadas para apoiar a agricultura camponesa, sustentável, orgânica ou ecológica, mas para tornar mais eficiente a agricultura industrializada. Os cultivos transgênicos contaminam as sementes camponesas. Foi evidenciado que a agricultura sustentável não pode coexistir com uma agricultura transgênica, pois esta ameaça o delicado equilíbrio de um ecossistema que já foi devastado pela manipulação genética.

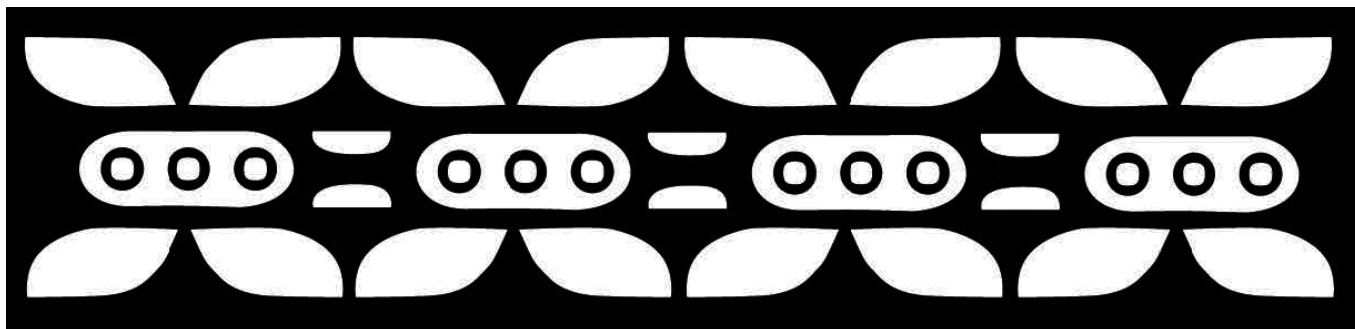
O veto reativou a presença de organizações indígenas, camponesas, agroecológicas e ecologistas do país, assim como uma participação interessante de coletivos de consumidores, de advogados e de economia social e solidária, o que marca no simbólico e no material uma aliança e solidariedade da cidade para com o campo. Das reflexões desses atores foram propostas seis ações de inconstitucionalidade ao artigo 56 da lei, sendo seus principais argumentos:

* A entrada de transgênicos no Equador estaria criando condições para uma transição entre a soberania alimentar e a dependência alimentar, considerando que as sementes crioulas e nativas, as quais formam parte da vida e da cultura ancestral dos camponeses, e que historicamente são a base da produção de alimentos, seriam trocadas por sementes transgênicas com patentes.



Milho contaminado com transgênicos em Campoalegre, Huila, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

- * A experimentação com sementes e cultivos transgênicos viola os direitos da natureza, na medida em que promove um modelo que afeta a natureza e sua capacidade de regeneração. A introdução de sementes e cultivos geneticamente modificados afeta diretamente o ciclo de nutrientes do solo, a cadeia trófica e, portanto, os ciclos biológicos e os processos metabólicos das plantas. Impacta diretamente a biodiversidade do país, ao causar perturbações fisiológicas a insetos polinizadores como as abelhas, comprometendo sua sobrevivência. Isso pode produzir um efeito “cascata”, quer dizer, se algumas populações de insetos diminuem, também podem diminuir as populações de aves que se alimentam desses insetos, para citar um exemplo de impacto ambiental.
 - * A entrada e usos de sementes e cultivos transgênicos, ainda que fossem destinados exclusivamente para pesquisa, terminam por instalar um sistema de vulnerabilidade contínua e crescente dos direitos fundamentais como: direito à soberania alimentar, direito à saúde e os direitos da natureza. A entrada de sementes cria as condições para acabar com a agrobiodiversidade, com a imensa variedade de sementes que o país oferece e com a agricultura sustentável.
 - * Nossa alimentação tem sabor de identidade, valores, práticas, costumes e conhecimentos, é indissociável da memória coletiva. A saúde, assim como o ambiente sadio e nossa alimentação sadia e soberana é um direito amparado na Constituição, é um direito internacional e é um direito humano.⁶
 - * A lei restringe a livre circulação, troca e comercialização de sementes. Apoia e fomenta com intervenção estatal um mercado “convencional” de sementes que prioriza a difusão de sementes certificadas, marginalizando o sistema camponês tradicional de sementes.
 - * Em vez de incentivar a agricultura sustentável, cria um conjunto de “boas práticas” que se convertem em mecanismos de controle e sanção para os agricultores.
- A** estas demandas soma-se o pronunciamento das organizações associadas com a Via Campesina–Equador, emitido em 17 de abril de 2018, dia das lutas camponesas, no qual, entre a série de demandas a serem incluídas no quadro do “grande mutirão agropecuário” impulsionado pelo governo atual, sublinham que o bem viver no campo é contrário à entrada de sementes e cultivos transgênicos no país.



Couro de cobra grande, povo arapium da região oeste do Pará, Brasil

Depois de um ano de espera, em maio de 2018 realizou-se a tão esperada Audiência e, atualmente, está em mãos dos juízes da Corte Constitucional a ratificação do Equador como país livre de transgênicos. As autoridades equatorianas estariam equivocadas se acolherem uma política baseada no uso de elementos químicos que tão veementemente foi rejeitada no passado.

Persistir na entrada de sementes e cultivos geneticamente modificados constitui um retrocesso nos direitos da natureza, da saúde e das políticas públicas em torno da soberania alimentar, porque a entrada de tecnologias de risco e experimentais no país, independentemente dos fins, permite a introdução de organismos que podem alterar de maneira definitiva o patrimônio genético nacional e as condições de produção e reprodução das economias camponesas. Isso teria um caráter irreversível.

Além da decisão do tribunal, a discussão sobre a normativa da lei de sementes não se esgota. A lei, da mesma forma que suas similares na América Latina, está feita de encomenda para as empresas de sementes, colocam-se condições favoráveis para a comercialização de sementes certificadas e desincentivos para o manejo e conservação de sementes nativas e camponesas, ignorando a importância de outras formas de fazer a terra produzir. Limita a troca e pretende posicionar os camponeses de produtores para simples consumidores.

É necessário também se aprofundar na problemática dos camponeses inseridos na lógica capitalista industrial para ter acesso a sementes de qualidade, como paulatinamente poderiam se liberar da dependência em relação às empresas de sementes e insumos, assegurando com isso soberania e autonomia camponesa sobre suas sementes.

Paralelamente às demandas de inconstitucionalidade, continuam as ações para precautelar a condição do Equador como território livre de transgênicos, onde se incluem: espaços de discussão, processos de promoção da agroecologia, implementação de feiras agroecológicas lideradas por camponeses, feiras de trocas de sementes crioulas, recuperação das semen-

tes nativas nas unidades produtivas, monitoramentos participativos para a presença de milho e soja geneticamente modificados no campo, e a promoção de políticas públicas que permitam reconhecer, apoiar e proteger os sistemas camponeses de sementes. ✨

Notas:

- 1 Este artigo está apoiado por outros que estão presentes na Constituição, como o relacionado com os direitos ambientais, é “proibida a entrada no país de transgênicos que ameacem a saúde, a soberania alimentar e os ecossistemas” (Art.15), ou o que faz parte dos direitos da natureza, onde é proibida “a introdução de organismos e material orgânico e inorgânico que possam alterar de maneira definitiva o patrimônio genético nacional” (Art. 73).
- 2 Ver link: <https://viacampesina.org/es/transgenicos-carta-abierta-de-la-via-campesina-a-rafael-correa-presidente-de-ecuador/>
- 3 Dentro das políticas públicas desta etapa podemos enumerar (em ordem cronológica): Nova matriz produtiva para o agro (2013), Plano Sementes de “alto Rendimento” (2013), a aprovação da lei de Recursos Hídricos (2014), da terra e territórios (2015), assinatura do TLC com a Europa (2016), sementes (2017) e de inocuidade animal e vegetal (2017). Como diria Esteban Daza (2018), este conjunto de normas se aglutina em uma temporalidade de “*contrarreforma agrária*”.
- 4 Antes de iniciar o percurso de consultas pré legislativas em 2015, ocorreram dois fatos importantes: a Federación de Centros Agrícolas y Organizaciones Campesinas del Litoral (Fecaol) em coordenação com Acción Ecológica identificaram locais onde eram distribuídas ilegalmente sementes de soja RR. Outro fato importante é que representantes da Via Campesina do Brasil entregaram um manifesto contra os transgênicos destinado ao presidente equatoriano Rafael Correa, no consulado do Equador em Brasília. Nem a carta, nem os resultados da investigação foram levados em conta na discussão da lei.
- 5 Na etapa de discussão da lei, entre os sócios da Asociación Ecuatoriana de Semillas – Ecuasem, estavam presentes: Mensemillas (Monsanto) e Syngenta, principais comercializadores de sementes transgênicas no mundo.
- 6 A Relatora do Direito à Alimentação já o coloca em seu relatório de 2017, desmistificando que os agrotóxicos e transgênicos são necessários para alimentar o mundo, já que apesar da produção de alimentos ter aumentado desde a década de 1950, não diminuiu a fome no mundo.

Nosso caminho para a soberania alimentar

6



Alimata Traxé, Convergência de Mulheres Rurais pela Soberania Alimentar (Cofersa), Mali. Foto: Viviana Rojas Flores (Biby)-Via Campesina

A agricultura camponesa agroecológica, surgida nos mais de dez mil anos de existência da agricultura, é o caminho que escolhemos para avançar na direção da soberania alimentar. Nossa agroecologia está profundamente ligada a nossos princípios e a nossa visão política, e não pode desenvolver-se separada deles, e isto é central para todos os nossos processos de formação.

1 Declaração de Güira de la Melena – I Encontro Global de Escolas e Processos de Formação em Agroecologia da Via Campesina

Após terem se reunido no Centro Integral Aniceto Pérez, da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), no Primeiro Encontro Global das Escolas e Processos de Agroecologia da Via Campesina, que compartilharam desde 21 de maio até o dia 30 (encontro que representa um marco histórico para a Via Campesina na busca de consolidar seus processos educativos e de formação), as e os participantes declararam: “reiteramos que nós, da ampla diversidade da agricultura camponesa que praticamos no planeta, somos os povos do campo, que produzimos os alimentos e bens necessários para a humanidade. Somos camponeses e camponesas, pequenos agricultores, povos indígenas, povos sem terras, mulheres do campo, juventude rural, povos pescadores, trabalhadores agrícolas e rurais que representam organizações membros da Via Campesina de 41 países da África, Ásia, América, Europa e Oriente Médio. Estamos reunidos em Cuba, onde foi possível conhecer muitas pequenas propriedades e cooperativas camponesas da Associa-

ção Nacional de Pequenos Agricultores de Cuba (ANAP), nossa organização anfitriã. De ‘organização camponesa a organização camponesa’ aprendemos muito sobre a metodologia ‘de camponês a camponês’ que permitiu que o Movimento Agroecológico da ANAP alcançasse um dos mais importantes êxitos mundiais da massificação e ganho de escala da agroecologia camponesa”.¹

Hoje, no encerramento deste encontro, a dirigente Rilma Román leu o seguinte documento que reúne os principais eixos dos debates e propostas que foram compartilhadas nestes dias intensos, profundamente motivados pela experiência do movimento agroecológico cubano:

1. A reafirmação de que a agricultura camponesa agroecológica, surgida nos mais de dez mil anos de existência da agricultura, é o caminho que escolhemos para avançar em direção à soberania alimentar.
2. Nossa agroecologia está profundamente ligada a nossos princípios e a nossa visão política, e não pode se desenvolver separada deles, e isto é central para todos os nossos processos de formação.
3. Todas as nossas escolas e espaços de formação funcionam como parte integral de nossas organizações e se expressam em nossas mobilizações, em nossas ações nos territórios, e nas ações diárias de nossas lutas e construções.
4. Seguiremos lutando pela reforma agrária integral e popular, para fortalecer a soberania alimentar por meio da agricultura camponesa



Rita Trace, Paragos (Unidade Camponesa pela Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural), Filipinas.

Nelson Mudzingwa, Fórum de Pequenos Agricultores Ecológicos de Zimbabwe, ZIMSOF. Fotos: Viviana Rojas Flores (Biby)-Via Campesina

- agroecológica. Isto significa lutar pelo acesso à terra, controle dos territórios, biodiversidade e água para a agroecologia.
5. Nossos processos de formação necessitam conteúdos educativos que continuaremos produzindo como temos feito ao longo de nossa história, sistematizando nossas experiências, produzindo novas pesquisas e criando novas ferramentas para a multiplicação de nossa proposta ideológica e agroecológica.
 6. Reafirmamos a denúncia da criminalização de nossas lutas sociais e de nossos dirigentes, e nos comprometemos a voltar para as ruas para denunciá-las e rejeitar o novo avanço do capital sobre nossos territórios em todo o planeta.
 7. Faremos esforços orgânicos e sistêmicos para ativar efetivamente os coletivos de trabalho e sua articulação, no regional e globalmente, para nos fortalecermos em nossa tarefa, seguir construindo solidariedade e aprender na caminhada vivencial que é a nossa escolha para uma educação liberadora.
 8. Fomentaremos o intercâmbio entre as escolas e os processos formadores em agroecologia a partir dos desafios comuns: programas de estudo, experiências práticas, metodologias (como a metodologia Camponês a Camponês que tivemos a oportunidade de ver em funcionamento em Cuba), continuidade das/dos educandas/os e equipes docentes.

9. Uma vez mais e, como temos feito durante os últimos 15 anos, reafirmamos nosso compromisso com a Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, e impulsionaremos com força as ações encaminhadas para “adotar uma semente” como parte da Campanha Global da Via Campesina.
10. Mulheres e homens nos comprometemos a lutar contra o patriarcado em todas as instâncias pessoais, grupais, coletivas e políticas para, a partir de nosso feminismo camponês e popular, conseguir as transformações necessárias que avancem na direção de uma sociedade sem violência.
11. Nós nos propomos a realizar a nível global, em todos os nossos territórios, de forma massiva e em articulação com aliados do campo e da cidade, ações contra as corporações nos dias que são referência de luta: 17 de abril, “Dia Internacional das Lutas Camponesas”, 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, que resignificamos como “Dia Internacional da Soberania Alimentar”.

Como disse Fernando González: “A agroecologia é política e é parte das lutas dos povos na luta por poder se alimentar e contra as corporações como Monsanto que buscam controlar nossas sementes” ✨

**Internacionalizemos a luta
Internacionalizemos a esperança**

Biodiversidade

Reafirmamos a denúncia da criminalização de nossas lutas sociais e de nossos dirigentes e nos comprometemos a voltar para as ruas para denunciá-las e rejeitar o novo avanço do capital sobre nossos territórios em todo o planeta.

Mulheres e homens nos comprometemos a lutar contra o patriarcado em todas as instâncias pessoais, grupais, coletivas e políticas para, a partir de nosso feminismo camponês e popular, conseguir as transformações necessárias que avancem na direção de uma sociedade sem violência.

O futuro da China como gigante em expansão

Entrevista com Ariel Slipak¹, economista argentino

8

“O tipo de infraestrutura e o tipo de investimento da China externaliza, terceiriza ou realoca contaminação, emissões de dióxido de carbono, apropriação de água na América Latina – assim como realoca precarização trabalhista em sua periferia.”

O aumento de poder econômico, financeiro e militar da China, junto com a sua capacidade para exercer influência política global, resulta um dos fenômenos mais notáveis em um sistema de produção e acumulação que se transforma. Uma análise dos vínculos da América Latina com esse país resulta imprescindível para a discussão sobre o modelo de desenvolvimento na região.



Arco da cultura wai wai da Região Oeste do Pará, Brasil.

Qual é o papel atual da China na economia mundial, em especial na agricultura e alimentação.

Para entender a China hoje é preciso se remeter às reformas que Deng Xiaoping encabeça em 1978. A China é uma economia que faz uma passagem, dali em diante, para relações cada vez mais capitalistas, com um papel ativo do Estado, planejando a economia, com planos quinquenais, com um papel ativo do Partido Comunista da China. Então, temos que desmistificar que seja um socialismo com características chinesas. Vê-se de maneira cada vez mais intensa a exploração de uma classe social por outra, a exploração de trabalhadores e trabalhadoras na China, e dos camponeses em geral.

Vemos o trânsito de uma economia que muda seu regime de propriedade e se ocidentaliza cada vez mais, desde suas formas de produzir até suas pautas de consumo, com características chinesas. É um capitalismo com características chinesas, com retórica socialista; não um socialismo com características chinesas. O que se diz da China e seu papel na economia mundial foi mudando. Primeiro: nessa mesma época se observa uma revolução em microeletrônica, informática, telecomunicações. Questões

que às vezes são subestimadas, mas que para o comércio mundial são importantes, como o aumento da capacidade dos contêineres, os tamanhos dos navios, tudo o que tem a ver com a navegação, a infraestrutura, etc.

É a mesma época da Revolução Verde, chamando com esse eufemismo inclusive a edição genética e os transgênicos, ainda que nesse momento a China pouco tem a ver com esta.

Todas as normativas da UPOV que, embora sejam da década de 1960, se expandem no âmbito dos direitos de propriedade intelectual sobre as sementes.

As mudanças na economia mundial desse momento permitem que as grandes transnacionais fragmentem, aprofundem a divisão do trabalho, segmentem cada vez mais os processos produtivos.

É entre as décadas de 1970 e 1980 que começam a ter relevância as *maquilas* [fábricas só de montagem]. Não necessariamente a manufatura está associada à geração de valor agregado e alto conteúdo tecnológico.

A partir de 1980 a China começa a assumir-se como um lugar onde são incorporados ao capitalismo centenas de milhares de trabalhadores como

operários no processo produtivo mundial. A esperança da Europa Ocidental e dos Estados Unidos era que também se incorporassem como consumidores, o que demora mais, mas finalmente também acontece. Então, seu papel na economia é baratear a cesta de consumo de toda a economia global. Os trabalhadores chineses barateiam os preços das roupas, dos artigos de consumo duráveis ou não duráveis.

Algo que não é dito, é que nesse momento o papel da China na economia mundial foi garantir a taxa de lucro dos capitalistas à escala global, porque o que tornam barato os trabalhadores chineses super explorados é a cesta de consumo dos trabalhadores do mundo. Nos Estados Unidos, a classe média americana pode pagar suas hipotecas nos anos 80 e consumir mais porque sua cesta de consumo é mais barata, devido à superexploração dos trabalhadores chineses.

Mas, sobre a China temos a ideia de que é uma indústria espúria: fazem xícaras, camisas, coisas de baixa complexidade. Desde inícios do século XXI, a China manufatura produtos com alto conteúdo tecnológico.

Sempre se diz que são empresas transnacionais. Em grande parte sim, mas em grande medida é tecnologia comprada pela China e, nos últimos anos e em alguns casos, tecnologia desenvolvida na China. Nas décadas de 1980 e 1990, a China foi uma plataforma de exportação de manufaturas de baixa complexidade para o mundo, que barateavam a cesta de consumo dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, dando maiores lucros para os capitalistas.

Mas o que a China soube fazer, ao não existir um esquema de investimento estrangeiro direto, de propriedade privada, foi descoletivizar a terra e aceitar a propriedade privada e a mista.

E diz às grandes transnacionais que criará zonas econômicas especiais, primeiro em quatro províncias, em seguida foi se expandindo, onde as transnacionais podem chegar, ter uma plataforma produtiva e aproveitar a mão de obra barata, mas obrigadas a transferir tecnologia para a China, em troca de aproveitar este paraíso para o capitalista, que é explorar barato.

São as famosas *joint ventures* ou empresas conjuntas com empresas estatais chinesas. E o que fazem é ir se empoderando tecnologicamente pouco a pouco. De um modo planejado, paciente. A China teve, de 1978 até 2011, taxas de crescimento médio acumuladas anuais de 9,9% - as famosas taxas chinesas. Desde 2011 cresce 7 ou 6%.

A população urbana na China era 18% no ano 1978 - e isto é fundamental para entender a demanda de alimentos - e agora representa em torno de 57%. A expectativa de vida se elevou. A exploração da classe trabalhadora é mais intensa, não menos intensa. Hoje temos um país com centenas de cidades que superam um milhão de pessoas. Algumas contam com população maior do que vários países sul-americanos.

Nas décadas de 1980 e 1990 a China teve um superávit incrível, uma taxa de poupança interna muito importante, e era um receptor de investimento estrangeiro direto, mas não era emissor desse investimento.



Trabalhando em um comunidade do povo rikbasta, no norte do estado de Mato grosso, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo



Galerita, Esmeraldas, Equador. Foto: Biodiversidade

Em 1999 os chineses expressam o famoso *China Goes Global*, “vamos sair para fora, ter uma presença maior na economia”. No ano 2000, para nos dar uma ideia, a China era o emissor de fluxo de investimento estrangeiro direto número 33 do planeta. Hoje é o segundo. E o terceiro, porque a estou considerando à parte, é Hong Kong, que é de propriedade da China (devido àquilo de “um país, dois sistemas”).

O impacto disso é muito importante, porque começam a comprar muitas coisas: empresas europeias ou americanas, donas de patentes, portanto compram também a marca, e compram algo que é intangível mas que gera valor e é apropriado pela firma, que é o conhecimento dos trabalhadores, formado coletivamente, do qual o capitalismo se apropria através de diversas técnicas.

Otra mudança importante é quando a China ingressou na OMC como economia em transição, em 2001. Se você olhar para qualquer número de evolução do comércio exterior de qualquer país com a China, você vê saltos muito importantes ou quebras nas séries de crescimento exponencial

desde 2001, 2002 em diante. A China tem, com base nestes superávits comerciais, uma grande taxa de poupança interna, e ao invés da exploração da classe trabalhadora estar nas mãos de empresas privadas que acumulam ou gastam em consumo de ostentação, aqui temos o Estado.

Há salários baixos, que estão crescendo muito a partir do século XXI, mas em vários ramos cresce abaixo da produtividade. Por isso insisto que há mais exploração. Porque o salário real pode subir e inclusive o bem estar medido como o medem os economistas, relacionado com a capacidade de consumo também melhora, *mas a exploração é maior se a produtividade é maior*. A energia que se deixa na jornada de trabalho é maior. Urbanização, aumento da expectativa de vida, uma economia planificada, controlada, praticamente um sistema de partido único, que controla a vida sindical, e necessita que as pessoas passem a acessar esses consumos ocidentais.

Hoje a China é o primeiro consumidor mundial de energia, é o segundo comprador mundial de petróleo. Um dos primeiros em minério de ferro, madeira, o primeiro de carvão, carbonato de lítio, soja, bananas, farinha de peixe, peixe, cigarros. Muitas coisas têm a ver com a elevada população². Muitas outras têm a ver com a renda dos setores médios. Os multimilionários na China fazem com que seu consumo de energia e matérias-primas seja exponencial.

A China tem 22% da população mundial, tem 7% dos cursos de água doce do planeta, e se calcula que 70% de sua água doce está contaminada. Para termos uma ideia do impacto da China não só economicamente, mas também no metabolismo global (para falar mais em termos de uma economia ecológica, não de uma economia tradicional), em 2000 a China produzia cerca de 8,2% do aço do mundo. Com dados de 2015, produzia cerca de 49,6% do aço mundial.

Isto coloca a China como um país cada vez mais emissor de dióxido de carbono. Em emissões per capita, a China está muito abaixo dos Estados Unidos e de outros países, mas em valores absolutos é o primeiro emissor de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa. E tem a ver com a dimensão da população, mas também com o crescimento industrial, com o crescimento da população urbana.

A famosa pegada ecológica da China necessariamente aumenta quando aumentam os consumos, e aumenta a um ritmo cada vez mais acelerado. Sim, a pegada ecológica per capita da China é muito menor que a dos Estados Unidos ou a de Luxemburgo; mas o impacto global do aumento da pegada ecológica na China ou da pegada hídrica são realmente significativos.

Neste contexto, os economistas falam elogiando a China como a segunda economia do planeta: é o primeiro exportador mundial de manufaturas, e o segundo comprador mundial de manufaturas, o primeiro credor do tesouro dos Estados Unidos – o que lhe dá um grande poder. É o principal possuidor de reservas internacionais.

Das 500 empresas de maior faturamento global, segundo o ranking de *Fortune*, mais de 110 são de capitais chineses, muitas delas estatais ou mistas. Mas é preciso agregar a isto que seus papéis não são somente produtivo e comercial. A China tem um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é a segunda potência em gasto militar do planeta, está por construir seu terceiro porta-aviões militar com tecnologia 100% chinesa. Comprou o primeiro da Ucrânia, e era um que havia sobrado da antiga URSS. Então, a China está se empoderando a partir de várias dimensões: a comercial, a produtiva, a militar, a financeira. Como a China é possuidora de reservas internacionais, mais de cinquenta bancos centrais do mundo usam o *renmimbi* ou o *yuan* como moeda de reserva (e além de o *renmimbi* ou o *yuan* serem a oitava ou nona moeda de reserva em nível mundial, até dez anos atrás não estavam nem entre as primeiras dez). A moeda chinesa em 2016 entrou na cesta de direitos especiais de giro, que é uma moeda composta que o FMI usa e isto lhe dá também o poder como moeda de reserva global. A China tem sido o impulsionador de duas entidades financeiras novas. O novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento. Como financista, a China tem SWAPS³ assinados com mais de 25 países.

Como consumidora de matéria, energia, água e alimentos, a China é sumamente relevante. Busca sua segurança alimentar e energética. É pura estratégia geopolítica. A estratégia da China Goes Global está também muito relacionada a essas estratégias de segurança energética e alimentar. O que a maioria dos economistas que olham os problemas como problemas de divisas não vêem é que os fluxos comerciais da China com países como os latino-americanos, de fato são de matérias-primas por manufaturas – uma troca tradicional baseada em vantagens comparativas -, mas com um enorme comércio de água e energia virtual.

Quanta água se usa para o café, para a soja, as hortaliças que compram na China? O que a China economiza no comércio é água virtual. E o outro papel geopolítico que a China tem hoje é de ser o grande gerador de infraestrutura em nível global.

Uma iniciativa como a “rota da seda”, que envolve uma série de portos, gasodutos, oleodutos,



Galerita, Esmeraldas, Equador. Foto: Biodiversidade

estradas, ferrovias, mais a construção de centrais elétricas com diversos tipos de fontes de energia, é uma dimensão de expansão de infraestrutura em nível global que gera consenso, por enquanto com os empresários. A Siemens ganha contratos na rota da seda, que é uma iniciativa de mega conexão que inclui mais de 70 países em diferentes regiões da Ásia, do norte da África e da Europa. É uma mudança ecológica nos ritmos metabólicos a nível global muito importante. E o critério da *rota da seda* e as infraestruturas que a China promove são ou estão relacionadas com aspectos que remetem à ecologia política e à geopolítica. Por exemplo: hoje o petróleo que vai do Oriente Médio até os portos do Leste da China passa pelos mares do Oceano Índico, depois passa o Estreito de Málaca – que é onde os Estados Unidos têm bases militares - e depois passa pelo famoso Mar do Sul da China e entra nas costas [chinesas]. Uma única das milhares de iniciativas de infraestrutura da China na região é fazer um oleoduto e um gasoduto por Myanmar. Então os navios economizam passar por todo o estreito de Málaca e o Mar do Sul da China. Isso economiza energia e também evita que os navios passem pelo



Bochecha de onça, cultura wai wai da Região Oeste do Pará, Brasil.

controle americano. Mas o que gera em Myanmar? Uma classe social que se torna milionária às custas de cobrar o direito de passagem sobre o oleoduto e o gasoduto. Então, provoca que a saída produtiva para uma economia seja a construção dessas infraestruturas para com isso subsidiar o resto da economia, ou que enriqueçam as elites locais.

A China é hoje uma potência em nível tecnológico. É o primeiro gerador mundial de energia eólica e fotovoltaica. A China entra na produção de painéis solares em 2008, comprando tecnologia alemã, trazendo engenheiros alemães. E entre 2008 e 2011 o preço dos painéis solares baixou uns 80% apenas pela influência da China neste mercado. E hoje a China é o primeiro produtor mundial de painéis solares, de reatores eólicos, etc. É um país que está apostando muito nas novas energias, que serão a chave de um novo tipo de paradigma tecnoprodutivo, pós-fóssil. De modo que a China também está controlando esses pacotes tecnológicos.

Qual o papel da China no Cone Sul, como ocorreu sua expansão nesta região da América Latina.

A China é também o país que está mudando a infraestrutura e a geopolítica do planeta. E faz isso com umas estratégias que os economistas internacionais chamam de “Soft Power” ou poder brando. O conceito de Consenso de Beijing para a América Latina implica o exercício de coação e coerção aos governos, por parte da China, mas está muito baseado na teoria da dependência. Esta relação de subordinação que tem uma nação formalmente independente em relação a outra, se dá através das elites locais, que ganham dinheiro.

Os *pools* de plantio da Argentina tornam-se milionários exportando soja para a China. Quem é o interlocutor das relações com a China, e isto foi feito tanto no governo de Cristina Fernández como está sendo feito no de Macri? Gustavo Grobocopatel. Então, em uma relação de dependência de uma economia com outra, de um país com outro, sempre há um papel ativo de oligarquias ou burguesias

locais na relação de subordinação que são as que fazem negócios. Não é um país que sai perdendo ou ganhando em uma relação, mas sim as classes sociais de um país saem perdendo ou ganhando.

Isto que parece tão óbvio, não o é para os economistas. A relação se ganha ou se perde de acordo com saldos de balanças comerciais. E isso é terrível. Ganha um produtor de sementes, de glifosato; ganha um *pool* de plantio, ganha uma comercializadora de grãos e perde o movimento camponês indígena, perde o movimento de mulheres, perdem os movimentos ambientais, inclusive perdem em água os pequenos produtores de diversos produtos intensivos, porque o uso da água para os produtos que são exportados para a China rivaliza com todos estes produtos.

A China é o grande comprador mundial de energia, de matéria e água; é um grande aspirador, e não apenas um grande importador e gerador de divisas para outros países. Para sua segurança em vários planos, trata de controlar todas as cadeias produtivas, desde a extração de diversos produtos até a comercialização.

Os grãos não são exceção. O que acontece é que tem tido dificuldade para monopolizar terras em alguns continentes, na África não, na América Latina sim, então trata de controlar agora pacotes para o que é a produção de grãos e, por outro lado, as comercializadoras.

Em 2000 a China passa a comprar empresas europeias de produtos com alto conteúdo tecnológico ou que têm uma posição de mercado. Compra a marca, os saberes e compra a posição de mercado. Com a América Latina, na realidade, a relação quanto a investimentos é tardia. Para o abastecimento de produtos primários, no começo do século XXI, a China passa a ser um emissor de fluxos de investimento estrangeiro direto. Vai em direção à África. Em seguida avança com infraestrutura. Na América Latina, entre 1990 e 2009, a China investiu, segundo dados da CEPAL, cerca de 6,6 bilhões de dólares em fluxos totais. Isto não é nada. Em 2010, esses fluxos foram cerca de 10 bilhões.

Apenas em 2010 os fluxos de investimento estrangeiro direto na América Latina superaram os dos 20 anos anteriores. Quando começa esta presença? Para cada país da América do Sul, durante os últimos cinco anos, a China está entre o primeiro e terceiro destino de exportações e origem de importações.

É o primeiro destino de exportações brasileiras, peruanas, chilenas. O que a China fez, desde o início do século XXI, foi deslocar o comércio – tanto na origem de importações como no destino de exportações – com o Japão, os Estados Unidos e a UE.

Por outro lado, durante a primeira década do século, o comércio inter-sul-americano havia crescido. E um fenômeno que começa mais ou menos em 2008, 2009 – se vê mais profundo em 2010, 2011 – é que a China vai substituindo no comércio de cada país sul-americano a outros sócios sul-americanos.

Por exemplo, substitui o Brasil como provedor de bens duráveis de produção, de maquinário e equipamentos para a Argentina. E vai substituindo a Argentina como provedor do Brasil. Os economistas acríticos dizem que é uma mudança de origem de importações. Porém, se acontece o mesmo nos dois países, é menos emprego.

Em 2009, o Brasil comprava da Argentina cerca de 15% do total de compras de autopeças. Em 2016, essa cota era de 7,8%. Para os países sul-americanos, a China é uma origem de importações e destino de exportações cada vez mais relevante, e o comércio é em geral de dois ou três produtos, com muita sorte, quatro. Concentram aproximadamente 70 a 90% das exportações, dependendo do país sul-americano. Para o Brasil, entre minério de ferro, soja grão e petróleo cru, estiveram concentradas entre 75 e 85% das exportações brasileiras para a China, em diferentes anos. Para a Argentina, o mesmo: a soja grão, óleo de soja, e em algum momento o petróleo cru – o peixe alguma vez teve um pouco mais de relevância, agora aumentou a carne –, isso concentrou mais de 90% das exportações argentinas para a China.

Assim: exportação de produtos primários ou manufaturas baseadas em recursos naturais, com alta volatilidade nos preços, com baixo conteúdo de valor agregado e, como contrapartida, importações provenientes da China que têm cada vez maior intensidade tecnológica e de conhecimento. Não apenas calçados e outros, que também substituem emprego local, além disso mais produtos com alto conteúdo tecnológico.

Durante os últimos 3 ou 4 anos conseguiram diversificar sua matriz exportadora, mas sempre primarizada. No caso da Argentina – não por políticas do macrismo, mas porque durante o final do mandato do kirchenerismo foram inclusive assinados protocolos para exportar diferentes tipos de carnes ou grãos, e outras manufaturas baseadas em recursos naturais –, a Argentina diversificou sua matriz exportadora para a China, mas sempre primarizada. Falamos de uma reprimarização da economia argentina a partir de sua relação com a China, mas agora mais diversificada nos últimos anos. O triste e relevante da relação destes países com a China é o aumento dos investimentos. Em 2008, o governo chinês publica um documento de cinco ou seis páginas conhecido como *O livro branco das relações da China para a América Latina* e diz basicamente que a Argentina e a China são economias complementares, e a relação econômica deve basear-se nessa complementariedade. Ao governo da China interessa o potencial de recursos naturais da região e a China, que é um ator que vem se empoderando, pode “ajudar” estes países através de cooperação. Desde 2010, 2011 começam os fluxos de investimentos.

Mais que tudo são orientados para hidrocarbonetos no Brasil e na Argentina, também na Venezuela. Em seguida mineração no Peru, mais recentemente no Equador, na Bolívia. E a China tem diferentes estratégias, de acordo com o país.

Com o Chile, Peru e Costa Rica, que são países propensos a assinar Tratados de Livre Comércio, tem TLCs, e com a Colômbia estão trabalhando em um. Na Argentina, onde os TLCs sempre foram mal vistos, são “parceiros estratégicos” desde 2004 e, desde 2014 ou 2015, “parceiros estratégicos integrais”.



Quer dizer, projeta uma relação bilateral com cada economia, trata de evitar negociar com a região como um bloco e, graças às assimetrias de poder econômico, militar e geopolítico que a China tem com os outros países, tira proveito nas negociações.

Em 2004 Hu Xin Tao visitou a Argentina, o Brasil e o Chile, também Cuba, e desta visita conseguiu com os três primeiros países memorandos de entendimento que reconheciam a China não como economia de transição como a OMC reconhece, mas como economia de mercado. E isso dá vantagens para que a China evite barreiras *antidumping* nestes países e de alguma maneira beneficiou a indústria chinesa em detrimento dos produtos industriais locais. A promessa que fez à Argentina foi de talvez comprar mais soja em cinco anos. E a cumpriu parcialmente. E pode fazer isso com base em suas assimetrias. Cada vez que a China sentiu-se incomodada com a Argentina, deixou de comprar óleo de soja. A estes países sul-americanos causa um prejuízo comercial muito importante.

Este *Soft Power* na realidade não é tão brando. Alguns analistas de relações internacionais falam de “Poder Inteligente”, *Smart Power*.

Todas essas categorias não me agradam. Eu falo, sim, do exercício de uma política que aparece como benévola, mas que em realidade é coercitiva. Não como a dos Estados Unidos ou outrora da Grã Bretanha, que ameaçavam militarmente – jamais a China vai fazer isso, pois ameaça com o econômico.

A China tem uma base de exploração do espaço profundo em Bajada del Águila, Neuquén, que envolve a cessão territorial de 200 hectares, onde regem as leis trabalhistas e penais da China.

E se um cidadão argentino quer entrar, tem que pedir permissão à embaixada chinesa. E cada vez que alguém colocou em questão a base de observação aeroespacial, houve algum tipo de represália econômica.

Então, por que Consenso de Beijing? Porque o consenso implica a aceitação de duas partes. Não do país, mas das elites dominantes dos países. Países com uma retórica neoliberal como Chile, Peru, Colômbia, em seus diferentes momentos viam a China como parceiro estratégico inquestionável, e a saída para o desenvolvimento consistia na exportação em grande escala de *commodities* para a China. Países com um perfil político mais radicalizado, que deram importância ao empoderamento dos setores populares, como a Venezuela, ou inclusive aos movimentos camponeses indígenas, como a Bolívia, não questionam a exportação em grande escala de *commodities*. Maristella Svampa chama isto de *Consenso das Commodities*.

Eu reformulo este conceito e digo que estes países vêm na China um parceiro inquestionável. Quem questiona a relação com a China é considerado como direitista ou como opositor ferrenho. E países com governos de perfil nacional popular com uma retórica industrialista baseada no consumo interno, com planos sociais importantes, como o Brasil de Lula e Dilma, ou a Argentina na época de Néstor Kirchner e Cristina Fernández, consideraram a China, de maneira inquestionável, como parceiro estratégico.

Então a expansão de produtos primários extrativos e de infraestrutura em favor da China vai contra a própria retórica destes governos, como Brasil e Argentina, porque está comprovado economicamente, com números, que desindustrializa as economias da região, que a importação direta de manufaturas ameaça o emprego local de setores como calçado, têxteis, etc., mas além disso provoca a perda de terceiros mercados para estes países.

Então, a relação com a China reprimariza as economias locais e se apresenta como o caminho único para o desenvolvimento. De fato, alguns países até o apresentam como um ator contra-hegemônico.

O conceito de Consenso de Beijing permite expor uma relação de subordinação diferente da do consenso de Washington. E hoje em dia, além dos investimentos da China em hidrocarburetos e minerais estarem se expandindo, também está o sistema financeiro. Na Argentina opera o ICBC, por exemplo. Agora está se expandindo a infraestrutura. Na Argentina, por que empresas e entidades estatais chinesas participam da reforma do Belgrano Cargas? Simples.

Passa por 70% do território nacional, no qual se semeia e se colhe soja. Agora com Macri é o San Martín Cargas. A infraestrutura que a China promove na região é uma que barateia o transporte de sementes, minerais, grãos para a China e reduz a intensidade energética do traslado. A China economiza energia através de investimentos em infraestrutura. E não é uma que integra as aldeias, pois implica passar pelo meio de territórios de diferentes comunidades que não querem este tipo de projetos. O que está chegando agora é uma infraestrutura da conexão Atlântico-Pacífico.

Assim como no tempo da Coroa espanhola ou da hegemonia britânica na região necessitavam estruturas ferroviárias macrocéfalas, que levavam os produtos primários aos portos, hoje o negócio para a China é a conexão Atlântico-Pacífico. Cortar o continente com corredores bioceânicos por estradas de ferro. Tem-se falado de um que entra no Brasil pelo Atlântico brasileiro e sai pelo Pacífico peruano, e inclusive outro que saia pelo Pacífico na altura



Trabalhando em uma comunidade do povo rikbaktsa, no norte do estado do Mato Grosso, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

do Chile, passando pela Bolívia. Isso transporta os diferentes produtos primários de maneira mais segura – para a China – e mais econômica, desde os custos econômicos, mas também em termos de uso de energia e de água. Assim como nos preocupam iniciativas como IIRSA ou como Cosiplan, também existem projetos de infraestrutura das classes dominantes sul-americanas com a República Popular da China na região.

No marco do Fórum do G-20 em novembro deste ano, desenvolvem-se entre a China e a Argentina reuniões bilaterais preparatórias para o primeiro encontro de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais durante a presidência argentina do G-20. Que papel isto tem em relação com o “futuro do trabalho” e a “infraestrutura para o desenvolvimento”. Qual seria a projeção da China na região em relação a estes temas?

Hoje o dilema que a China apresenta aos países que querem se industrializar é que nenhum país latino-americano pode competir com a China em nenhuma indústria, quanto à produtividade. Não é um país que compete por salários baixos. É um país onde a produtividade do trabalho pela tecnificação e a robotização é muito importante. A China é um país que trata de mostrar-se multilateral, mas sempre deixa as coisas para as negociações bilaterais. Então os governos novos da região – Temer no Brasil, Macri na Argentina – querem mostrar-se aber-

tos ao mundo e como constroem sua retórica como antítese do governo anterior, necessitam da China para gerar divisas, seja como for, endividando-se com o FMI ou com um investimento primário extrativo, ou exportando soja.

Nesse quadro, o governo argentino diz sim, precisamos da China, mas estamos abertos ao mundo. Nesse quadro, a política do G-20 ou da OMC no ano passado, tem a ver com se mostrar assim. Os funcionários macristas falam de “inserção inteligente”. O barateamento de custos locais, entre estes o que eles chamam eufemisticamente de custo trabalhista, que é basicamente precarizar a vida dos trabalhadores – não pagar horas extras, ir contra a negociação coletiva, etc. – e além disso assinar TLCs e outros. O debate é que a China está tendo uma política muito ativa quanto aos aspectos jurídicos que ajudam a regulamentação dos investimentos. Historicamente, os EUA e a UE trataram de resolver as controvérsias Estado-investidores no CIADI, mas às vezes temos visto que em tratados bilaterais de investimento ou em capítulos de investimento de TLCs, fixam restrições inclusive piores que as do CIADI.

Bem, a China vai ter um papel muito ativo nesta Cúpula do G-20, tratando de conseguir uma maneira de se mostrar ambivalente – com o exercício de um poder brando que lhe dê segurança jurídica para seus investimentos em infraestrutura, que são fundamentais para a China. Além de promover esses corredores bioceânicos que mencionei, a China está

tratando de promover dois corredores bioceânicos entre Argentina e Chile. O famoso transandino de Mendoza, que está tratando de reativar, e outro que uniria Chubut com Aysén. E trata de negociar inclusive com os governos provinciais. A China buscará no G-20, em primeiro lugar, mostrar-se como um defensor muito ativo do livre comércio, como a antítese de Trump, para conseguir o alinhamento destes países que necessitam divisas, segundo sua lógica governamental.

Sobre o “futuro do trabalho”, temos que pensar que a Argentina é um país onde não vêm com bons olhos para seus investimentos que aqui haja gratificação natalina e outro tipo de conquistas trabalhistas. As reformas das aposentadorias, da previdência, tributárias, trabalhistas que se vêm, são sim para estar em conformidade com organismos como o FMI, mas também servem para estar conforme com a China. Não temos que perder de vista que Sinopec, um grande investidor de hidrocarbonetos na Argentina, ameaçou deixar o país porque um gerente chinês ficou preso em um protesto sindical.



Foto: Leonardo Melgarejo

Hoje em dia proliferam os tratados de nova geração. As regulamentações que se podiam ver para o TPP, que beneficiavam os Estados Unidos, era estender as patentes dos medicamentos, tratar de que a regulamentação de sementes se ajustasse à UPOV 91. Quer dizer, negociações por normas a favor de diferentes grupos empresariais. Ou que não se possa aplicar o Convênio 169 da OIT. Em tudo isto a China se mostra como um ator não coercitivo, mas que em última instância vai ser coercitivo. Os chineses são práticos e querem que sejam feitos investimentos em infraestrutura. O que mais me preocupa é o assunto da água. Às vezes existem violações dos direitos humanos ou liberdades, ou precarização de nossas vidas que não são vistos em um investimento. Na Bolívia o Projeto Mutún, que é de minério de ferro, é bem recebido, e a China estaria investindo nele. O que não vemos, não calculamos, nós economistas, sociólogos, cientistas sociais, é como aumentam as emissões de dióxido de carbono na região pelo fluxo de investimentos.

Hoje a China está sendo mais observada pela OIT. Então moveu todos os processos espúrios, por exemplo, as *maquilas*, para Bangladesh, Laos, Myanmar, Camboja, Vietnam, para sua própria periferia. Com seus investimentos, a China move violações de direitos humanos, ou move precariedade trabalhista. Com os investimentos na América Latina move emissões de dióxido de carbono e uso de água para este tipo de atividades, e tira da população o uso da água. Então, mais além de que uma determinada empresa possa respeitar o direito trabalhista ou os direitos humanos, o tipo de infraestrutura e o tipo de investimento externaliza ou terceiriza ou muda de lugar a contaminação, as emissões de dióxido de carbono, a apropriação da água, na América Latina, assim como muda de lugar a precarização trabalhista em sua periferia. 🌿

**Entrevista: Maria Eugenia Jeria
(Acción por la Biodiversidad)**

Notas:

- 1 Economista pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS). Professor regular da Universidade Nacional de Moreno (UNM) e docente do Ciclo Básico Comum da UBA. Integra a Sociedade de Economia Crítica (SEC), o Instituto Argentino para o Desenvolvimento Econômico (IADE) e o Grupo de Estudos de Geopolítica e Bens Naturais do IEALC-UBAA.
- 2 A China tem ao redor de 1,38 bilhão de pessoas. Existe população chinesa não registrada nos censos, porque há famílias que durante muitos anos esconderam vários filhos ou filhas.
- 3 Um Swap é um acordo entre duas partes para trocar fluxos de fundos em datas estabelecidas e durante um período de tempo no futuro.

A China e o controle dos fluxos de mercadorias no México

Como uma nave que singra silenciosa pelos mares do mundo, a China vai tomando posição nas concessões da operação portuária do planeta. Diz-se que desde 2010 Beijing investiu 45 bilhões de dólares na monopolização parcial ou na aquisição total de 40 portos, que cobrem Ásia, África, Europa e América Latina.

De acordo com uma nota de *La información*¹, o jornal *Financial Times* assegura que “quase dois terços dos 50 portos mais importantes do planeta têm algum grau de investimento chinês desde 2015”. Falamos de “Gwadar no Paquistão, Yibuti no Chifre da África, Pireu em Atenas ou o terminal de contêineres do Panamá”, mas também Barcelona, Valência, Algeciras e Cartagena. Obviamente não é diretamente o governo, são empresas privadas chinesas com muito potencial, como Cosco Shipping Ports ou a já famosa Hutchinson Ports Holding.

Esta corporação, através de sua filial Hutchinson Port México², “opera os terminais de porta-contêineres em Ensenada na Baixa Califórnia, Lázaro Cárdenas em Michoacán, Manzanillo em Colima e Veracruz no Golfo do México” onde contam inclusive com um estaleiro seco e um elevador de contêineres, o que permite uma opera-

ção integral, conseguindo, segundo dados da própria empresa em sua página, operar 1.960.262 de TEUS³.

Estas concessões são possíveis porque se o artigo 27 da Constituição mexicana deixava claro que os portos eram bens de uso comum “sujeitos ao regime de domínio público da Federação e, portanto, propriedade da nação”⁴, as graduais reformas e interpretações estabeleceram a possibilidade de concessões que assumiram a figura de Administração Portuária Integral (API), que foi privatizando a prestação de serviços até permitir a monopolização total das atividades requeridas.

O que significa esta amostra do empenho chinês para monopolizar a administração e a operação de complexos portuários, incluindo a estiva, o armazenamento e a mobilização de contêineres, mais a fabricação dos mesmos e inclusive de embarcações aquáticas e terrestres? Significa que a China se encontra hoje em condições de agilizar ou paralisar o fluxo de mercadorias do planeta, determinar seu ritmo e entender: o que está sendo movido, quem compra e vende, os motivos desses fluxos e, conseqüentemente, as maneiras pelas quais tais mercadorias irão fluir. ❁

Biodiversidade

A China se encontra hoje em condições de agilizar ou paralisar o fluxo de mercadorias do planeta, determinar seu ritmo e entender: o que está sendo movido, quem compra e vende, os motivos desses fluxos e, conseqüentemente, as maneiras pelas quais tais mercadorias irão fluir.

I7

Notas:

- 1 China hacia la conquista silenciosa de los puertos de mercancías del mundo, *La Información*, 10 de julho de 2017. https://www.lainformacion.com/mundo/China-conquista-silenciosa-puertos-mercancias_0_1036097953.html
- 2 <http://hutchisonports.com.mx/>
- 3 Hutchinson Ports confirma a liderança no México mobilizando mais de 1,9 milhão de TEUS em 2017, *Mundo Marítimo*, 9 de fevereiro de 2018, <https://www.mundomaritimo.cl/noticias/hutchison-ports-confirma-liderazgo-en-mexico-mobilizando-mas-de-19-millon-de-teus-en-2017>. TEU é a sigla em inglês para Transport Equivalent Unit, “medida de capacidade equivalente a 20 pés expressada em contêineres de transporte” traduzido de “[https://es.wikipedia.org/wiki/TEU_\(unidad_de_medida\)](https://es.wikipedia.org/wiki/TEU_(unidad_de_medida))”
- 4 Alejandro Romero Reyes, “¿Privatización portuaria en México?”, <http://www.umar.mx/revistas/35/privatizaci%C3%B3n.pdf>



O dragão asiático na América Central

Nery Chaves García

I 8

Há vários anos a China iniciou seu processo de consolidação como potência mundial, uma conjuntura que gerou inúmeras tensões e perguntas em diferentes esferas das sociedades. Frente à pouca clareza, as perguntas a respeito da ascensão da China vão desde as probabilidades de guerra com os Estados Unidos até a possibilidade de uma “alternativa política” para o dragão asiático.

Em meio à incerteza, a China continua atuando e afirmando sua influência política na arena internacional ao mesmo tempo que expande sua esfera de influência. A América Central é uma das regiões onde a presença do dragão asiático é recente, gerando tensão em um dos espaços históricos de dominação americana.

Em termos geopolíticos, a cintura de Nossa América possui dois atributos fundamentais. O primeiro se refere à noção de ponte entre as grandes massas territoriais do Norte e do Sul, enquanto que o segundo é devido a ela ser um istmo, quer dizer, refere-se à conexão entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Este último passa a ter especial importância na época da invasão e na Colônia, quando as conexões priorizavam o marítimo, em virtude do invasor estrangeiro. Frente a isso, ideólogos americanos como Alfred Mahan denominam “Mare Nostrum” ao Mar do Caribe e Nicholas Spykman denomina a região centro-americana como a “América Mediterrânea”, em função do reconhecimento das rotas estratégicas da região e da necessidade do controle americano sobre a mesma para potencializar sua arancada econômica.

Neste sentido, disputar o controle desta região seria desafiar diretamente a potência norte-americana.

A China não passou por cima destas condições geopolíticas que se somam à possibilidade de diminuir o reconhecimento político da causa taiwanesa, pois dos 22 Estados que reconhecem Taiwan, 5 fazem parte da região centro-americana.¹

Apenas Costa Rica e Panamá reconhecem diplomaticamente a China, enquanto que as demais nações têm Tratados de Livre Comércio com Taiwan.

A cintura centro-americana seria então formada

por territórios em disputa geopolítica, sendo a China e os Estados Unidos os que contam com maior influência. A prioridade chinesa na região tem sido a agenda comercial e econômica.

Países como El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua possuem Câmaras de Comércio integradas por ambas as partes. Estas se encarregam do fortalecimento da troca comercial que no ano 2011 alcançou os 12,7 bilhões de dólares, segundo o prestigiado instituto internacional de economia INCAE.

Os fluxos comerciais se caracterizam por continuar as tradicionais estruturas entre norte e sul. Quer dizer, enquanto são importadas manufaturas chinesas, a América Central exporta bens de muito pouco valor agregado – com exceção da Costa Rica.² Em comparação com o resto da região, a América Central não exporta matérias-primas nas dimensões da Argentina ou Brasil. No entanto, um dos principais interesses da China é a investida na energia hidrelétrica. Em Honduras já está vinculada ao projeto hidrelétrico sobre o Rio Patuca com a empresa Sinohidrol.³ Este interesse reflete a sede insaciável do dragão asiático por bens comuns para sustentar seu modelo econômico e o modo de vida de sua população. Pois a China é hoje o principal consumidor de bens comuns na arena internacional.

No caso da Costa Rica, após estabelecer as relações diplomáticas em 2007, a China realizou a construção do Estádio Nacional, fundou um Instituto Confúcio na Universidade de Costa Rica e, posteriormente, construiu o Bairro Chinês sobre o Passeio dos Estudantes em San José.⁴ Este tipo de projetos é fundamental para a estratégia chinesa, pois lhe permite apresentar-se como uma potência benevolente e de boas intenções – em contraste com os Estados Unidos.

Em 2010, a Costa Rica e a China assinaram um Tratado de Livre Comércio que foi considerado como um instrumento que gera um “equilíbrio ideológico” entre Estados Unidos e China.⁵ Mais tarde, o dragão asiático tentou construir uma refinaria no Caribe costa-riquenho com o objetivo de refinar o petróleo proveniente da Venezuela. Desta forma, a China construiria a rota estratégica para remediar sua sede por bens comuns. O projeto da refinaria não foi con-



Membros da comunidade supervisionando o páramo e a água, Cotacachi, Imbabura. Foto: Wilson Vega

cretizado devido a diversas denúncias apresentadas contra, por faltas no devido processo, além de conflitos de interesses no estudo sobre impacto ambiental. Portanto, a intenção de construção de uma refinaria na América Central segue aberta a segundos países.⁶

Em função da rota estratégica na região, a China negociou – indiretamente –⁷ a construção do Canal Inter-Oceânico na Nicarágua, através da Lei 840, a qual praticamente cede o território e a soberania nicaraguense ao não estabelecer limites para a concessionária.

Frente às inumeráveis incertezas com respeito ao canal nicaraguense, a partir do estabelecimento de relações diplomáticas com o Panamá, a China fez um acordo para investir 200 milhões de dólares em infraestrutura – valor econômico mais que suficiente para a ampliação do canal. Além disso, conseguiu que fosse assinado um TLC, apoiou o fortalecimento de zonas francas, a construção de armazéns, um terminal de carga e um trem para a fronteira com a Costa Rica, entre outros. Também o Panamá aderiu ao projeto “a Faixa e a Rota” que pretende revitalizar a Rota da Seda e estendê-la para a América Latina.⁸

A China opta por uma estratégia agressiva que prioriza a construção de infraestrutura que lhe garanta o controle sobre bens comuns e rotas geoestratégicas para seu transporte. Desta forma, a América Latina seria, segundo a China, um enorme banco de bens comuns – chamados inadequadamente de recursos naturais – para remediar a demanda de

seu modelo econômico e de vida. Neste sentido, a China representaria uma radicalização das políticas extrativistas e de morte na região, apesar de que diferentes mandatários apresentem a potência como uma alternativa política frente aos Estados Unidos. A pergunta então seria: a alternativa à qual aspiramos é contra-sistêmica ou contra-hegemônica? 🌿

Notas:

- 1 A condicionalidade da China frente o reconhecimento de Taiwan refere-se ao conflito entre as partes em virtude de que a primeira sustenta o pertencimento da nação taiwanesa à China. Frente a isso, o não reconhecimento da China responde a uma herança da influência americana na guerra fria; herança que Costa Rica e Panamá já não reconhecem.
- 2 Costa Rica exporta chips integrados produzidos pela transnacional Intel, portanto os lucros finais tampouco ficam no país centro-americano.
- 3 Ver: <https://www.nacion.com/economia/negocios/hidroelectrica-en-honduras-afianza-presencia-de/6SMORTAQXBGYNK4TY4I6POTPIU/story/>
- 4 Este lugar foi nomeado em comemoração a uma das lutas protagonizadas por estudantes contra a ditadura de Tinoco. Hoje uma pequena placa, no meio do bairro chinês, homenageia as pessoas caídas naquela ocasião.
- 5 Segundo as palavras do ex-chanceler Bruno Stagno, quem negociou a abertura de relações diplomáticas entre a China e a Costa Rica. Nestas negociações a assinatura de um Tratado de Livre Comércio foi um dos pontos mais sensíveis no diálogo entre as elites político-econômicas de ambas as partes.
- 6 Este é um dos projetos mais importantes para a China na região.
- 7 Indiretamente, porque o governo não respaldou publicamente o projeto do Canal.
- 8 A Rota da Seda foi uma das rotas comerciais mais importantes da região euro-asiática na antiguidade e hoje é revitalizada como projeto global chinês.

A Revolução dos Cuidados: táticas e estratégias¹

Alicia de Blas

20



*A cadeia de montagem
começa na cozinha,
no banheiro, em
nosso corpo*
Silvia Federici

A (sustentabilidade da) vida em perigo

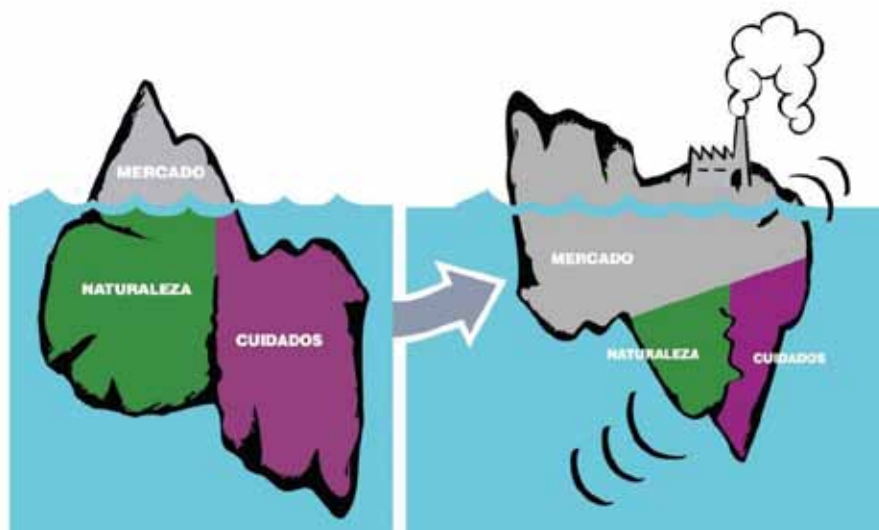
O conflito entre o capital e a vida. Nosso modelo de desenvolvimento econômico capitalista caracteriza-se pela centralidade que outorga aos mercados. E é em torno destes mercados capitalistas que se organizam nossas sociedades: nossos horários, rotinas, estudos, hábitos alimentares, formas de lazer, são configurados para o melhor funcionamento no e do mercado, para favorecer o crescimento, em suma, para a acumulação do capital.

Ao mesmo tempo, constatamos que a vida humana é profundamente dependente e vulnerável. Dependemos da natureza (a polinização, a fotossíntese, o ciclo da água...), assim como, em maior ou menor medida, do tempo e energia de outras pessoas colocadas à disposição para nosso cuidado. Dito de outro modo, nós seres humanos somos

profundamente interdependentes e ecodependentes, pois são os trabalhos de cuidados e os da natureza os que asseguram a reprodução social, os que sustentam a vida... e o mercado.

O mercado capitalista necessita crescer e o faz às custas dos recursos e serviços da natureza, e do tempo e energia das pessoas, que permanecem na invisibilidade por não terem um valor de troca no mercado. Mas o fato de que estes não sejam mercantilizáveis não significa que sejam infinitos. Ao contrário, sua exploração nos coloca em uma conjuntura de crise ambiental e crise de cuidados.

A organização social dos cuidados. Os trabalhos de cuidados são todas aquelas atividades orientadas à reprodução social, a sustentar a vida, uma vida que se não se sustenta, não é viável. O peso destes trabalhos em nossa sociedade está longe de ser residual,



¹ Resumo da publicação que forma parte da campanha Atua com Cuidados, Transforma a Realidade, levada a cabo pela ONG de Desarrollo InteRed entre 2011 e 2017. Coordenadora da publicação: Raquel Tanarro. Design e layout: Grupo Cooperativo Tangente. Ilustração da capa; Luis Demano. InteRed, dezembro de 2014.

pois envolve mais de 66% do tempo total de trabalhos. Além de seu grande peso quantitativo, é o espaço de cuidados que assume a responsabilidade de que todo o conjunto funcione, de que a vida continue, encaixando a tensão entre um modelo centrado no mercado e as necessidades inevitáveis dos seres humanos. Sem cuidados não funciona o mercado capitalista nem o resto do sistema.

Em nosso entorno social e cultural, a responsabilidade de sustentar a vida foi privatizada, pois foi atribuída de maneira praticamente exclusiva aos lares, sem a corresponsabilidade por parte do Estado, das empresas ou de outras instituições sociais.

Além disso, esta responsabilidade foi feminizada, pois são as mulheres, de maneira remunerada ou no quadro das relações familiares, as que têm majoritariamente se encarregado de cuidar.

A crise dos cuidados. Esta tem múltiplas causas que operam de maneira diversa e combinada em todo o planeta. Nas sociedades industrializadas, é a incorporação das mulheres das classes médias ao emprego – as mulheres do âmbito rural ou das classes mais desfavorecidas sempre estiveram entran-

do e saindo precária e informalmente do mercado de trabalho – o que gera um deslocamento de parte dos tempos e energias antes postos a serviço da sustentabilidade da vida, para serem postos a serviço do mercado. Também contribuem para a crise as extensas jornadas de trabalho, a carência de serviços no âmbito rural ou um desenvolvimento urbano que nos faz viver nas cidades junto a perfeitos desconhecidos, ou nos obriga a passar muitas horas em transporte, tornando muito difícil tecer redes de cuidados compartilhados. Em outras sociedades, se somam a estas causas a ausência das cuidadoras principais de muitos lares por terem migrado, pelo Estado ter abandonado suas responsabilidades ou por existirem altos requisitos de trabalho pela carência de tecnologia (como fogões ou refrigeradores) ou recursos básicos (como água ou combustível).

Então como está sendo sustentada a vida? Gostaríamos de dizer que a sociedade em geral, e os homens em particular, se tornaram corresponsáveis pelo cuidado, mas bem sabemos que não é assim. Muitos lares recorreram precisamente ao mercado para comprar cuidados: empregadas domésticas, escolas infantis com horários prolongados,

Também contribuem para a crise as extensas jornadas de trabalho, a carência de serviços no âmbito rural ou um desenvolvimento urbano que nos faz viver nas cidades junto a perfeitos desconhecidos, ou nos obriga a passar muitas horas em transporte, tornando muito difícil tecer redes de cuidados compartilhados.



Olhar a partir da sustentabilidade da vida implica perguntar-nos se, no final das contas, toda a complexa engrenagem de trabalhos remunerados e não remunerados, de políticas e processos mercantis e não mercantis que vão desde o macro ao micro [...], permite às pessoas que compõem tal engrenagem alcançar uma vida digna de ser vivida, se é gerado ou não um bem-estar incorporado e diário.

Amaia Pérez Orozco³

Se a ética da justiça nos recorda a obrigação moral de não agir injustamente com os outros, a ética do cuidado nos recorda a obrigação moral de não abandonar, de não virar a cabeça frente às necessidades dos demais.

Irene Comins

residências de idosos, comida pronta para levar, etc.

Mas nem todos os lares podem comprar os cuidados que necessitam e, além disso, nem todos os cuidados podem ser comprados ou vendidos. Frente a esta limitação, a solução mais habitual é a dupla jornada das mulheres.

A outra solução dada para a crise de reprodução social em nossas sociedades tem sido a globalização da organização social dos cuidados, quer dizer, a transferência de tempos e energias de umas sociedades para o cuidado de outras, constituindo Cadeias Globais de Cuidados.

A consequência mais visível da crise dos cuidados é a pobreza, quer dizer, a vulnerabilização dos direitos humanos e a deterioração da qualidade de vida das pessoas. Tradicionalmente tem-se considerado exclusivamente os rendimentos para medir a pobreza, ignorando a contribuição que os trabalhos de cuidados realizavam dentro dos lares para multiplicar os bens e serviços adquiridos com tais rendimentos e torná-los disponíveis para seus membros. No entanto, para que um lar possa alcançar condições de vida acima da linha de pobreza, é necessário, além dos rendimentos, um nível mínimo de trabalho de cuidados para converter os alimentos em comida ou o sabão em roupa limpa.

Como mudariam os dados, se substituíssemos o PIB pelo Índice de Progresso Genuíno? Este, formulado em 1995 pela Fundação Redefining Progress², tem a orientação de substituir o PIB na medição da riqueza de uma sociedade e combina indicadores econômicos, sociais e ambientais, contabilizando atividades não remuneradas como o trabalho de cuidados ou o voluntariado, e subtraindo os custos da degradação ambiental, as desigualdades, a dívida externa ou a delinquência.

Se compararmos a evolução do PIB e do IPG (GDP e GPI, em inglês) dos Estados Unidos entre 1950 e 2000, observamos que enquanto o primeiro se triplicou, o segundo se manteve praticamente estável.

Colocar a sustentabilidade da vida no centro

Desintoxicarmo-nos da lógica do mercado capitalista. A que vida nos referimos quando falamos de colocar a vida no centro? Em oposição a essa vida precarizada que não é um fim, mas um meio a serviço do crescimento, falamos de uma vida digna de ser vivida, uma vida vivível. Porém se queremos redefinir o que significa uma vida vivível, não pelos parâmetros do mercado capitalista, mas pela própria vida, não podemos recorrer às dimensões materiais e de consumo com as quais é relacionada habitualmente. Uma vida boa não pode ser definida por oposição ao que é uma vida precarizada, todo o mundo aspirando a estar do lado bom, sem nos darmos conta de que um e outro são duas caras da mesma moeda, pois o bem estar de umas pessoas depende da pobreza das outras, da apropriação de seu tempo, de seu trabalho e dos recursos que são necessários para a satisfação de suas necessidades.

Para começar a colocar a vida no centro de nossa análise e de nossas propostas, devemos rejeitar, para começar, que seja nossa posição com respeito a ele o que determina se somos sujeito de direitos ou, no melhor dos casos, objeto de ajuda.

Princípios para uma “revolução dos cuidados”:

Sabemos onde queremos chegar, mas não podemos fazê-lo de qualquer maneira, para não acabar reproduzindo o sistema do qual desejamos sair. Então, como agir? Segundo que princípios guiar nossos atos?

Princípio 1: A ética do cuidado

Uma nova ética que situe o *cuidado*, entendido como um valor, em equivalência com a justiça, as responsabilidades com os direitos, sem renunciar nem priorizar nenhum deles, mas ao contrário, entendendo-os como complementos imprescindíveis.

² www. rprogress.org.

³ Citação extraída do informativo “La sostenibilidad de la vida en el centro... ¿y eso qué significa?”, apresentado no IV Congresso de Economia Feminista, organizado pela Univ. Pablo de Olavide em 2013.

A ética do cuidado ou da responsabilidade não estaria biologicamente determinada nem seria exclusiva das mulheres, mas seria o resultado da divisão sexual do trabalho e da divisão entre o público e o privado que existe no mundo social no que vivemos. Em outras palavras, seria a experiência de cuidar, de tornar-se responsável pelas necessidades de outras pessoas, o que favoreceria um juízo moral mais contextualizado e vinculado, com maior propensão a adotar o ponto de vista do outro, a empatizar, enfatizando as responsabilidades que se dão a partir das relações e a importância de atender às necessidades concretas dos seres humanos.

Princípio 2: Reconhecimento do direito ao cuidado

Se nossos corpos são vulneráveis, se as vidas das pessoas dependem do cuidado de outras e outros, o direito ao cuidado não é mais que uma consequência do artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa”. É imprescindível que o direito ao cuidado seja

reconhecido como tal, não só para ser incorporado às múltiplas declarações e convênios internacionais, mas para que seus titulares, que têm direito ao cuidado, sejam reconhecidos como tais e o exijam, ao mesmo tempo em que se convertam em mandato e responsabilidade para os que têm o dever de fazê-lo cumprir e, em especial, para os Estados.

Por um lado defendemos o direito de receber os cuidados necessários nas diferentes circunstâncias e momentos da vida, mas por outro, o direito de cuidar, em condições dignas, ou de não cuidar, no quadro de uma relação de exploração. Finalmente, é preciso abordar a imperiosa equalização dos direitos trabalhistas das pessoas que cuidam de maneira remunerada, do emprego doméstico e de cuidados que até agora têm estado marcados por relações de desigualdade devido ao sexo, idade, origem, etc.

Princípio 3: O pessoal é político

O potencial de entender a dimensão política do pessoal é reconhecer que qualquer pessoa faz política, que, de alguma maneira, todas e todos somos

A ruptura do círculo vicioso cuidados-desigualdade-exclusão exige a configuração de um direito ao cuidado que seja constitutivo do âmago da cidadania e dos processos de desenvolvimento. É urgente abrir um debate democrático: quem deve cuidar, de quem, como, onde, em troca do que.
Amaia Pérez Orozco



Um membro da comunidade debulhando cevada em San Martín Alto, Chimborazo, Equador. Foto: Edwin Chancusig

A proposta de colocar a sustentabilidade da vida no centro, tem prós e contras relacionados com esse enraizamento na vida diária, essa encarnação do bem-estar e do mal-estar.

Um de seus maiores potenciais é que nos abre a porta para 'politizar a existência [e] sair de si'. Precarias a la deriva, 2004

“políticos e políticas”, ainda que não falemos no Parlamento ou participemos do Conselho de Ministros ou Ministras.

Necessitamos transformar-nos para transformar o mundo, pois embora seja certo que nem toda a transformação pessoal é política, especialmente se não tem implicações além do individual, mais certo ainda é que toda proposta política que não implique no pessoal, que não conecte com a vida, não chegará nunca a ser transformadora. Necessitamos, em última análise, buscar novas formas de fazer política que passem por nossa própria experiência do mundo, por nossa leitura da realidade, por nossos corpos e nossos desejos.

Princípio 4. Do individual ao coletivo

Nem toda transformação pessoal é política, especialmente se não tem implicações além do individual. Assim, meus atos pessoais serão políticos e transformadores na medida em que estejam vinculados aos atos pessoais e políticos de outras pessoas. Transformando o lema do movimento antiglobalização ou altermundialista dos anos 90 “Pense global, aja local”, seria algo assim como “Pense coletivo, aja pessoal”.

Necessitamos, então, coordenar nosso agir individual “com sentido político”, ao mesmo tempo que nos organizamos para agir coletivamente “com sentido político”, pois lamentavelmente com o pessoal e cotidiano não seria o suficiente para mudar este sistema. Felizmente, a cidadania tem muito mais táticas de mobilização, incluindo votar ou não votar, organizar-se, arrecadar, fazer panfletos, boicotar, manifestar-se, agrupar-se, protestar.

Princípio 5. Reconhecer(-nos), aceitar(-nos) e responsabilizar(-nos)

Não é fácil transformar nosso modo de vida. Ainda mais se, após anos de sermos tratados mais como consumidoras ou consumidores do que em termos de cidadania, perdemos a confiança e as habilidades para a articulação e a ação coletiva. Mas não podemos sentir-nos “culpadas/os” por não estarmos fazendo nada. Sentir-nos culpadas/os nos paralisa, nos debilita, e culpar outras pessoas pressupõe outorgar-lhes o controle de nossas ações. Por isso, entre vítimas ou culpados, necessitamos nos reconhecer como responsáveis, atrever-nos a tomar as rédeas desta revolução, não pelo dever que gera culpa ao não ser cumprido, mas pelo desejo de fazê-la.

Quando me aceito como sou, é quando posso mudar o que sou.
Carl Rogers





Uma companheira debulha quinoa separando amorosamente a palha do grão em San Martín Alto, Chimborazo, Equador. Foto: Edwin Chancusig

E para podermos nos tornar responsáveis, a proposta é o empoderamento, que nas palavras de Marcela Lagarde, seria *permitir-se, habilitar-se, autorizar-se, desenvolver a consciência de ter o direito a ter direitos, reconhecer a própria autoridade e confiar na capacidade de alcançar propósitos*.

A lógica da sustentabilidade da vida em 3D.

O enfoque de sustentabilidade da vida seria algo assim como umas lentes verde-violetas que nos ajudem a desconstruir a lógica da acumulação do capital, a lógica do mercado, para depois nos ajudar a analisar, construir ou agir de acordo com a lógica da sustentabilidade da vida. Este olhar, porém, é também um olhar em 3D, pois são três as dimensões:

1. Dimensão reprodutiva: Em direção à corresponsabilidade na sustentabilidade da vida.

Reconhecerno-nos vulneráveis e interdependentes não é nada fácil em um mundo que nos convida constantemente a superar nossos limites. No entanto, não, nossos corpos são precários, têm limites, são finitos. Isto quer dizer que de várias maneiras necessitamos os cuidados de outras pessoas para levar adiante uma vida vivível. Por isso os trabalhos que sustentam a vida devem situar-se no centro da organização social e devem poder ser oferecidos no quadro de relações de compromisso e responsabilidade livres e escolhidas, mas não porque sejam sempre bonitos e deem sentido a nossas vidas, como às vezes acontece, porque em muitas outras ocasiões são duros e pesados. E apesar de tudo, são imprescindíveis.

A estratégia para avançar na direção da corresponsabilidade na sustentabilidade da vida será a democratização dos lares, que passa por reconhecer, em primeiro lugar, que o que ocorre dentro dos lares concerne ao conjunto social, que neles está sendo resolvido o conflito capital-vida e que, até agora está

A transformação em direção a uma sociedade igualitária deve considerar uma perspectiva diferente da tradicional, um modo diferente de nos relacionarmos como seres humanos. Trata-se de desconstruir uma realidade para construir uma nova. Por isso, o processo passa por ensinar as mulheres a se empoderarem e aos homens a se colocarem na pele alheia (empatia). A assumir que descer de sua posição de poder não os debilita, mas que de modo criativo pode-se construir uma sociedade mais igualitária e onde os conflitos se desenvolvem criativamente.
Cristina Almeida



Mutirões em Alusí e Sablog, Chimborazo. Fotos: Edwin Chancusig

sendo feito de maneira profundamente injusta e desigual, sendo a origem da exclusão e desigualdade social em grande escala. A partir daí podemos nos mover em cinco direções:

- * Frente à feminização dos cuidados, construir relações de horizontalidade dentro dos lares, distribuindo de maneira mais equitativa os trabalhos e respeitando a autonomia das pessoas.
- * Frente à privatização dos cuidados, socializar a responsabilidade de sustentar a vida, apoiando os lares, para tornar a comunidade, o Estado, as empresas e outras instituições sociais, corresponsáveis das mesmas.
- * Frente à precarização do emprego de cuidados, reconhecer que é um “verdadeiro trabalho” e equiparar suas condições trabalhistas e de proteção social às de qualquer outro tipo de emprego.
- * Flexibilizar a concepção de lar, que não se limite à família tradicional, mas que possa ser estabelecido de maneira livre e escolhida. Lares diferentes que reflitam a diversidade.
- * Frente à globalização dos cuidados, reconhecer a dívida contraída com outras sociedades pelo impacto sofrido pela conformação das cadeias globais de cuidado e assumir o peso de nosso próprio modelo civilizatório como via de começar a transformar tais modelos.

2. Dimensão ambiental. Em direção a modos de vida sustentáveis.

Adaptar nosso modo de vida para não incorrer em dívida ambiental, quer dizer, para não consumir mais materiais e energias dos que o planeta é capaz de regenerar. Apostar em uma vida sustentável é apostar em uma vida simples e austera. Algumas possíveis ações:

- * Limitação no nosso uso de energias, materiais e tempos colocados à disposição da produção e do mercado, para poder destiná-lo, especialmente no que se refere ao tempo, à sustentabilidade da vida.



Juntas de bois em Sablog em um processo chamado *randy-randy* (dar uma mão). Emprasta-se a junta e se oferece o trabalho, Chimborazo, Equador. Foto: Edwin Chancusig

- * Revalorização dos saberes tradicionais, daqueles que nos permitiam viver em maior equilíbrio com o planeta, fluindo em seus próprios ciclos e não tratando de alterá-los para colocá-los a nosso serviço.
- * Relocalização econômica para voltar à produção local. Quer dizer, voltar a aproximar o lugar onde se produzem ou de onde se extraem e transformam os produtos que consumimos do lugar onde os consumimos.
- * Promover uma nova cultura de consumo baseada nas pequenas produções locais, além da reutilização e da troca.
- * Redistribuir o uso do nosso tempo de maneira mais justa e equilibrada, para levar uma vida necessariamente mais lenta.

3. Dimensão social: em direção à “cidadania”

Se a cidadania é hoje uma cidadania mercantilizada, mais próxima ao “consumo, logo existo” do que ao ideal democrático, a proposta de colocar a vida no centro passa necessariamente por propor um novo pacto social baseado no direito universal ao cuidado: a “cidadania”.

Para lutar por esta nova maneira de entender e organizar a convivência, temos que começar por transformar as relações de poder e as estruturas de dominação que permitem que sejam mantidas estas vidas insustentáveis e endividadas. Como dizíamos anteriormente, esta transformação só poder ser levada a cabo através de processos de empoderamento.

E uma vez que sejamos capazes de conceber novas formas de relação, mais horizontais, mais inclusivas, necessitamos construir formas de organização e luta cuidadosas, tanto firmes quanto criativas, através das quais possamos participar da tomada de decisões que nos afetam para os diferentes níveis de organização comunitária.

O primeiro passo seria a organização e definição de metas coletivas, para o que necessitamos criar espaços de encontro, de discussão, de análise, de empoderamento. Depois, é preciso concretizar as metas coletivas em uma agenda comum. Finalmente, nossa proposta é exigi-la mediante ações de mobilização e começar a construí-la em todos os espaços concebíveis, porque todos os espaços são igualmente políticos, todas e todos somos tomadores de decisão. ✨

*Só depois que
a última árvore tenha sido
cortada, só depois que
o último rio tenha sido
contaminado,
só depois que seja pescado
o último peixe,
só então descobrirás
que o dinheiro
não pode ser comido.*
Provérbio do povo cree
do Canadá

*Trata-se, pois, de que
a sociedade seja adequada
à pessoa humana;
seu espaço adequado
e não seu lugar de tortura.*
María Zambrano

*Sempre digo que me
considero uma pessoa
intensamente carente [...]
Necessito dos outros.
E é talvez por isso que posso
entender que os outros
também necessitem
de mim.*

Paulo Freire

Construção coletiva de saberes

Yessica Alqueciras, José Godoy e Evangelina Robles
(Colectivo por la Autonomía)

28

– *Sabes para que servem estas máquinas?*
– *Lavram, revolvem o feno, espalham o adubo, ordenham, depende de qual, respondeu Nicolás.*
– *Tem uma tarefa que todas elas fazem. Sua tarefa é acabar com todos nós. Asseguram-se de que saibamos que existem. A partir desse momento, se não tens uma, o trabalho se torna mais duro.*
– *Por todo o mundo tem gente morrendo de fome, e, no entanto, um camponês sem trator não é digno da agricultura desse país.*

John Berger. *Puerca Tierra*

Do trabalho na serra ao tramado do saber. No trabalho na Serra Huichol, no qual estivemos envolvidos entre 1996 e 2006, desenvolvemos uma “metodologia” de trabalho que denominamos metodologia do sujeito. Também chegamos a chamá-la *free-jazz*, já que estava baseada no diálogo permanente de saberes. Nós a chamamos assim porque questionava frontalmente a dinâmica imposta pela metodologia oficial (por assim dizer) de “o projeto” sobre o sujeito. Uma dinâmica que negava permanentemente o objeto ou contexto da realidade social, ambiental, técnica, cultural, espiritual, ao mesmo tempo em que discriminava as grandes capacidades do povo huichol para a autogestão de seu território.

Os programas e projetos sempre foram criados em instituições alheias à realidade local, regional e nacional na qual se pretendem aplicar e promover.

Por outro lado, os resultados do modo de trabalho conjunto e de autogestão com as comunidades derivaram em um auto-reconhecimento e crescimento generalizado das capacidades técnicas (geográficas, legais, ecológicas, etc.), econômicas e organizativas. A presença nas assembleias cresceu 1000% (de 200 para 2000 membros ativos em uma comunidade) ao começar a solucionar uma ampla gama de problemáticas internas e externas para a “reconstituição integral de seu território, recuperando e ocupando efetivamente 60 mil hectares em 300 ações; fazendo um trabalho de vinculação “igualitária” com profissionais de todos os ramos do conhecimento e

outros povos. Tudo com a firme crença de que, antes que outros, cada qual é protagonista de sua própria realidade.

Teria sido impossível levar a cabo esta experiência de reconstituição territorial sem o reconhecimento histórico, jurídico, geográfico e ambiental do problema por parte das comunidades e suas próprias autoridades tradicionais. Isto, ainda que seja óbvio, não é reconhecido facilmente.

Encontramos nas práticas narrativas uma ferramenta para colocar em interlocução nossos paradigmas e reconhecer a história que nos leva à prática colaborativa. Tratemos de contextualizar um pouco nossa prática.

É importante fazer um esforço prático de reconhecimento das diferentes epistemologias (princípios, fundamentos e métodos do conhecimento humano): rural, urbano, infantil, indígena, etc. Perguntar-nos o que se conhece, como se conhece e qual o universo que se conhece. Qual é a sua experiência de vida que define sua relação com o que se conhece.

Como é a formação de indivíduos capazes de elaborar conhecimento e saberes coletivamente e de diversas fontes. Quais são os principais desafios pessoais e grupais; inclusive institucionais.

Como enfrentamos o racismo, a marginalização e o desprezo que afetam a percepção e a validade que atribuímos a uma contribuição cognitiva. Quando “imaginamos” que o outro não sabe.

Um exemplo que colocávamos como desafio aos “manejadores e ordenadores territoriais” era que compreendessem a concepção do solo e o ciclo da

água dos wixaritari (assim os huicholes chamam a si mesmos), o que envolvia colocarem em jogo todas as capacidades técnicas e os paradigmas científicos e éticos. Ao mesmo tempo que abrangia em grande medida seus saberes técnicos ancestrais e a garantia de sua prevalência como um povo – e ainda o exercício de um idioma diferente e o estabelecimento de mecanismos de tradução.

A transdisciplinaridade nos leva também a criar novos conceitos.

É um desafio à criatividade estabelecer uma linguagem que permita uma comunicação efetiva e descreva realidades como, também, as provocadas pela agroindústria.

É muito mais urgente a pesquisa transdisciplinar para resolver problemas do que para criá-los. As ciências e tecnologias “isoladas”, que geram uma “solução” em seu laboratório sem se voltar para ver o contexto no qual se desenvolverá seu “Frankstein”, deveriam passar por um filtro multidisciplinar que revisasse os limites das soluções isoladas. Existem milhares de exemplos desta situação na indústria.

No entanto a solução ao problema gerado demanda uma complexidade e uma totalidade de saberes e conheci-

mentos que superam ou exigem grandes esforços interdisciplinares e colaborativos.

Desconheço as discussões sobre a subjetividade do conhecimento científico. Porém acho importante reconhecer a marca subjetiva do conhecimento científico. Parece-nos ilustrativo o debate dos últimos anos sobre o câncer provocado por alimentos transgênicos e seu consequente pacote tecnológico de insumos agrícolas. Alguns cientistas “demonstraram” que não causava câncer, dando milho OGM durante três meses para ratos. Outros demonstraram que, sim, causava câncer, dando durante 6 meses para os ratos. Como mexicanos com senso comum, diríamos: “nem somos ratos, nem consumimos 3 ou 6 meses, nem em quantidades desprezíveis”, pois o consumimos muito e toda a vida. E pensávamos: o que acontece quando a pesquisa é feita por um chinês ou um nórdico, tem influência a experiência e o interesse pessoal, quer dizer a subjetividade? Então em grande medida os limites e assuntos são impostos pela experiência subjetiva e o interesse político e econômico?

É compreensível o alarme e preocupação da União de Cientistas Compro-

É muito mais urgente a pesquisa transdisciplinar para resolver problemas do que para criá-los. As ciências e tecnologias “isoladas”, que geram uma “solução” em seu laboratório sem se voltar para ver o contexto no qual se desenvolverá seu “Frankenstein”, deveriam passar por um filtro multidisciplinar que revisasse os limites das soluções isoladas.



A comunidade de San Esteban apaga um fogo em seu páramo. Isto ocorre em Ayora, Cayambe, Equador. Foto: Alfredo Andrango

É muito mais provável que sejam os saberes ambientais populares os que nos tirem do atoleiro ou crise ambiental global atual, do que a soma de políticas e programas ou “falsas soluções” para esta crise.

Os valores e princípios implicados nas novas formas de diálogo, pesquisa e prática são um assunto de sobrevivência.

metidos com a Sociedade no México e da doutora Elena Álvarez-Bullya quando descobrem com apoio de comunidades indígenas e camponesas de todo o país que os produtos de milho “comunitário” são muito mais limpos em termos de glifosato e transgênicos do que os produtos industrializados que se encontram nas lojas de conveniência, cujos 80% ou mais estão contaminados, e as pessoas os consomem massivamente como salgadinhos, cereais, etc.

É muito mais provável que sejam os saberes ambientais populares os que nos tirem do atoleiro ou crise ambiental global atual, do que a soma de políticas e programas ou “falsas soluções” para esta crise. Os valores e princípios implicados nas novas formas de diálogo, pesquisa e prática são um assunto de sobrevivência.

Como exemplo no âmbito alimentar e ambiental, o saber indígena, camponês e popular sobre a água, o vento, o solo, os bosques e as selvas é o que pode, região por região, alimentar

aos habitantes do planeta, limpá-lo e oferecer qualidade de vida, e orientar a investigação e a práxis científica e técnica para soluções práticas verdadeiras. E que, de forma colaborativa, alcancem ver e prever suas limitações e limites, assim como pensar com responsabilidade a capacidade de responder à pergunta de quem pode reparar ou dar manutenção à ferramenta gerada. Seja esta produto da engenharia, do direito, etc.

Com receio de sermos insistentes seria bom elaborar a pergunta: que implicações ou problemas propicia uma inovação ou proposta técnico-científica? E que disciplinas terão que se unir para resolvê-la?

Um desafio é chegar, cada vez mais, à criação transdisciplinar, com diálogo e colaboração. Que se reflita no reforço do *sujeito* como indivíduo com capacidade de projeto, e no *objeto*, como contexto em que se resolve coletivamente a crise da existência do sujeito.



Arando com mulas em Cotopaxi, Equador. Foto: Edwin Chancusig

Nós encontramos na assembleia indígena o espaço de diálogo, definição de problemas e busca de soluções em um contexto de troca de saberes igualitário, onde a palavra de todos não somente é necessária, mas é indispensável no desenvolvimento das atividades humanas. É a experiência mais ampla que conhecemos do diálogo multitudinário e da construção coletiva do saber. Foi na assembleia (do povo wixárika) onde conhecemos e compreendemos a criação, identificação de prioridades e análise de contexto mais criativa, da qual se desprende a prática comunitária.

A perspectiva transdisciplinar e colaborativa também nos propicia a amizade. A necessidade de se apaixonar pela disciplina, o saber e a prática do outro.

Não são precisamente as metodologias, modelos e conceitos, mas os valores e capacidades geradas que produzem os resultados deste tipo de pesquisa. O que Iván Illich em sua “sociedade desescolarizada” chamava o “currículo oculto” da educação, os valores intrínsecos que a vida acadêmica produz, é essa espécie de *bullying* que faz nos sentirmos ignorantes e não complementares entre as matérias e os graus de estudo.

É de fato, “outra estética cognitiva” das emoções, a qual propõe relações horizontais na busca da informação e pressupostos ou hipóteses, assim como o desenvolvimento de seus argumentos.

Vista de fora, a ciência “dura”, “formal”, ou como quer que possamos chamá-la, aparentemente reprime a subjetividade em tal grau que tem mais claro “o que não lhe diz respeito” do que “o que lhe diz respeito”. O discurso que essa repressão acarreta pode manifestar uma negação das consequências ou alterações pela percepção científica estrita.

Poderia se pensar em um glossário e em algum tipo de avaliação-preparação para o trabalho transdisciplinar (diálogos, oficinas, palestras, viagens experimentais), onde sejam compreendidas, por exemplo, a transcendência das bases epistemológicas e subjetivas, as capacidades de escutar, a curiosidade pelo outro.

Assim o fazia Iván Illich em suas oficinas de verão do Centro Intercultural de Documentação (CIDOC), lá pela década de 1960, onde chegavam os missionários do desenvolvimento do primeiro mundo para “preparar-se” para sua dispersão pela América Latina. Nestes seminários estudavam-se idiomas e se discutia criticamente o conceito de desenvolvimento e a sociedade industrial, alcançando que a maior parte dos promotores, em vez de seguir seu chamado colonizador, regressassem a seus países de origem para revisar mais detalhadamente o que iriam propor, com até 90% dos candidatos conseguindo voltar a revisar introspectivamente sua prática.

Igualmente, a experiência na serra huichol era de ida e volta: os teiwaris (mestiços) se perguntavam como podem viver assim os wixaritari, enquanto que os wixaritari se perguntavam como podem viver assim os teiwaris. Muitíssimas pessoas, mais do que imaginamos, não aguentam isso. Isto nos levou a pensar que o que acontece em um território se gestiona fundamentalmente à maneira do povo envolvido, e com seu conhecimento e sabedoria.

A imaginação é ilimitada (sobretudo quando você brincou muito quando era criança) e nos facilita criar e crer em mundos e formas diferentes. Propicia nossa liberdade e faz florescer a sabedoria popular. Como diz John Berger “a perspicácia popular geralmente é invisível. Algumas vezes, quando é recuperada para alguma ação política, torna-se visível. O resto do tempo é usada diariamente para a sobrevivência pessoal clandestina”.

É importante definir ou explorar os limites da perspectiva monodisciplinar para o objeto de estudo e iniciar uma crítica que justifique a alternativa proposta. Que seja refletida no reforço do sujeito como indivíduo com capacidade de projeto, e no objeto como contexto onde é resolvida coletivamente a crise da existência do sujeito.

Reconhecer quem exerce ou foi afetado em sua soberania em um território concreto para estabelecer um vínculo

Nós encontramos na assembleia indígena o espaço de diálogo, definição de problemas e busca de soluções em um contexto de troca de saberes igualitário onde a palavra de todos não somente é necessária, mas é indispensável no desenvolvimento das atividades humanas. É a experiência mais ampla que conhecemos do diálogo multitudinário e da construção coletiva do saber. Foi na assembleia (do povo wixárika) onde conhecemos e compreendemos a criação, identificação de prioridades e análise de contextos mais criativa, da qual se desprende a prática comunitária.

O problema aqui é a tecnologia, a tecnologia é como um canhão, penetra-se com um instrumento e submete-se a população. E frente à dependência da sensação de que a única via de reflexão é a catástrofe. Ou, em sua falta, manter a dependência e com mais tecnologia deixar em suas mãos as falsas soluções. Quando se toma essas decisões e se pensa que um instrumento, como a tecnologia e a ciência, é liberador e gera soberania, é preciso advertir que não é assim. É muito mais complexo do que isso.

Andrés Carrasco,
entrevista,
Conversaciones Ante la Máquina

lo legítimo com o direito histórico dos sujeitos (coletivos).

Em nossa prática também foram importantes as oficinas de saberes e geopolítica. A construção coletiva do mapa local ou regional, no contexto global para enfocar melhor as decisões e práticas em torno, por exemplo, da defesa ambiental contra represas, transnacionais agroalimentares, mineiras, industriais. E na construção de alternativas agroecológicas, cooperativas, etc.

Quem exemplifica melhor a transdisciplinaridade e a colaboração é a comunidade em qualquer de suas dimensões. Em nossa experiência a melhor maneira de elaborar sistemas de informação geográfica (SIG) para a defesa do território é a formação técnica das comunidades, que somada às capacidades adquiridas desde a infância, deram resultados espetaculares que simplesmente teriam sido impossíveis em nossas mãos. As oficinas que realizamos no Instituto Técnico de Educação Superior do Ocidente (Iteso) e na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) sobre estes assuntos foram de grande construção e troca de saberes.

Acreditamos que a oportunidade e habilidade de descobrir outras ou novas linguagens é um dos desafios “acadêmicos” de uma pesquisa.

É fundamental descrever as limitações, obstáculos, contradições e marginalizações geradas pelo Estado, as quais transgridem as relações reais entre indivíduos (e propiciam a desabilitação do sujeito) para influir em seu entorno, impondo falácias que supõem que as comunidades desconhecem por falta de perícia, especialização ou autoridade. Pode ser pensado um indicador para reconhecer o nível de intervenção do Estado e das instituições privadas derivado diretamente desta cegueira.

Pode-se derivar do documento de estudo um princípio que nos pareceu fundamental na pesquisa colaborativa: a pesquisa e o conhecimento que surge do social é coletivo, comunitário. É a melhor defesa dos resultados da pesquisa, deixá-los efetivamente na comunidade

ou no âmbito social que os torne aproveitáveis e os adicione à bagagem do conhecimento ou do saber para todos.

Jalisco gigante agroalimentar (“a agricultura empresarial”. “gigantes mas ecológicos”)

Duas imagens:

- 1. Estufas e granjas em construções inócuas e com sistemas eletrônicos de iluminação e irrigação de luxo para plantas e animais. Ao lado, albergues precários para diaristas, sem instalações sanitárias, e trabalho com vínculo de servidão ou escravo.*
- 2. Promovem a inocuidade no campo e pulverizam glifosato sobre as populações rurais do México: as pessoas perguntam, estamos em guerra?*

A desocupação do campo para estabelecer suas soluções agroindustriais, que incluem a geração super contaminante de “energias limpas” como os biocombustíveis, a energia solar ou eólica, já é forçada ou sob ameaça, seja dos promotores oficiais ou dos grupos criminais. Uma vez estabelecida esta dinâmica, começa o tráfico de pessoas e a entrada de narcóticos para aguentar as jornadas e condições de trabalho, promovidas pelos empreendedores e promotores da transformação do trabalho camponês em assalariados proletarizados. Posteriormente, se vê uma paisagem desolada, ainda que com uma presença grande de infraestrutura de metal e plástico, a contaminação, a dissolução do tecido social, a doença, a miséria e a morte.

O setor agroindustrial de Jalisco, o “gigante agroalimentar do México” produz embalados de abacate, bagas, amoras, açúcar, agave, rações, batatas para frituras e carne com clembuterol. No caso de alguém pensar que produzem alimentos.

“O trabalho do camponês é pesado e pouco produtivo”: este é o argumento dos funcionários defensores do setor agroindustrial para promovê-lo. Sim, é pesado, mas não te mata, te dá satis-



Mutirão em Cuturiví Chico-Pujilí, Cotopaxi, Equador. Foto: Martha Pacheco

fação, e é falso que não seja produtivo. Por outro lado, o trabalho no setor agroindustrial é pesado, intoxica e no longo prazo mata, e não é tão produtivo como parece.

Inclusive precisam fazer zonas econômicas especiais para justificar a exploração e a miséria.

As comunidades que resistem fazem um esforço duplo para continuar reproduzindo seus alimentos e sua forma de vida de uma maneira independente. Estão resistindo a esta agressão que penetra a comunidade e a família ao seguir fazendo comunidade para resguardar os saberes e, em algum sentido, a espécie de utopia pós-industrial da qual falava Illich há quarenta anos. Quando em seu

livro *La convivialidad* diz: “Dois terços da humanidade podem ainda evitar passar pela era industrial se escolherem, desde agora, um modo de produção baseado em um equilíbrio pós-industrial, esse mesmo contra o qual as nações super-industrializadas se verão encurraladas pela ameaça do caos”.

Vemos no *Facebook* a infografia de duas grandes soluções tecnológicas juntas: um plantio de 3 mil hectares de painéis solares transformando altiplanos, selvas ou florestas em zonas áridas desertificadas, banhadas de glifosato para “selar” o solo. E a segunda: um super invento de transformar todo o lixo plástico da cidade em uma “pintura” branca que supostamente reduz o

As comunidades que resistem fazem um esforço duplo para seguir reproduzindo seus alimentos e sua forma de vida de uma maneira independente. Estão resistindo a esta agressão que penetra na comunidade e na família ao seguir fazendo comunidade para resguardar seus saberes.



Mutirão na sede da UOCE, comunidade de Abdón Calderón, Esmeraldas, Equador. Foto: Biodiversidade

É impossível voltar para aquele momento histórico em que cada povo era o centro do mundo. A única esperança que nos resta agora é fazer de toda a terra o centro. Somente a solidariedade mundial pode transcender o desenraizamento moderno. A fraternidade é um termo demasiado fácil, de algum modo promete soluções para todos os problemas, quando, em realidade, muitos não a têm: daí a necessidade sem fim da solidariedade.

John Berger,
Páginas de la herida

calor em 3 graus. Os usuários da rede o reproduzem e se desviam em *likes* para as soluções “ecológicas”.

Em que momento perdemos o senso comum e pensamos que um plantio desta natureza é uma proposta ecológica? Qualquer concentração, retomando a Illich, qualquer super-produção industrial de um bem ou serviço tem resultados catastróficos que vão em contra da própria solução.

Fico pensando, voltando aos resultados catastróficos, que na escola nos ensinaram que nessa selva ou floresta só vivem ursinhos e leões: quando em realidade existe toda essa riqueza natural junto com comunidades que são arrancadas desses territórios. No caso de Jalisco existe uma comunidade que antigamente era uma floresta e agora se dedica ao monocultivo de milho e uma ou outra moda do agronegócio. Os jovens se organizaram porque imaginaram que sua comunidade chamada Palos Altos voltaria a ser uma floresta com produção camponesa. Agora aos pais

endividados pelo agronegócio é oferecido plantar painéis solares por várias décadas, já que o preço do milho não está funcionando para eles. Os jovens vêem que à medida que a oferta tecnológica foi crescendo, seu sonho foi afundando.

Voltando a Illich, em nossa própria instrumentalização “resulta difícil imaginar uma sociedade de ferramentas simples, onde os humanos pudessem alcançar seus fins utilizando uma energia colocada sob seu controle pessoal. Nossos sonhos estão padronizados, nossa imaginação industrializada, nossa fantasia programada. Não somos capazes de conceber mais do que sistemas de hiperinstrumentalização para os hábitos sociais, adaptados à produção em massa”. O painel solar teria que se adaptar segundo o espaço, onde realmente fosse necessário.

Por milhares de anos, a técnica foi uma herança da humanidade para cultivar o alimento, aquecer-se, fazer o teto ou a casa, curar-se, e conviver com os animais. 🌿

O G-20 e suas mentiras sobre a agricultura e a alimentação

Acción por la Biodiversidad, GRAIN e Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (Calisa)

A Argentina propôs para a Cúpula do G-20 três eixos: “o futuro do trabalho, a infraestrutura para o desenvolvimento e um futuro alimentar sustentável”. Em relação ao eixo “um futuro alimentar sustentável” concebe que:

“a segurança alimentar é um elo importante para alcançar estabilidade e paz. Em nenhum outro caso a segurança e o desenvolvimento estão tão evidentemente interligados e se reforçam mutuamente como nos alimentos. Satisfazer as necessidades nutricionais das populações futuras requer uma maneira sustentável de aumentar a produtividade agrícola. Solos saudáveis, férteis e produtivos são necessários para a segurança alimentar e a saúde humana, e sua preservação resulta fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a vida em nosso planeta”

Pensamos que é fundamental desarmar este discurso perverso de *Cambiamos* que utiliza uma linguagem despolitizante, enganosa, de “autoajuda”, maquiando-a com termos e expressões que esvaziam de conteúdo político qualquer mensagem, ocultando o tramado do poder político e econômico para aplicar com legitimidade as piores políticas neoliberais. Estas políticas são as que, com diferentes matizes, dominarão o cenário da reunião do G-20 em 30 de novembro e 1º de dezembro, em Buenos Aires.

Em primeiro lugar, é importante vincular este terceiro eixo com o segundo, **infraestrutura para o desenvolvimento**. A infraestrutura que se deseja impulsionar na região e em nível internacional (como é o caso do cinturão verde ou rota da seda chinesa) é infraestrutura para o extrativismo e a movimentação de mercadorias agrícolas de exportação de uma parte a outra do mundo.

A continuidade das *Veias abertas da América Latina* é hoje mais atual do que nunca. E os planos existentes como o IIRSA-Cosiplan (fortemente questionados durante as últimas duas décadas pelas

organizações sociais) serão reforçados agora com as novas iniciativas de participação público-privadas (PPP) que facilitarão ainda mais os negócios das empresas das quais a equipe governante é parte.

Revisemos ponto por ponto o discurso da proposta:

“*Um futuro alimentar sustentável*”: um discurso distanciado da realidade, e desmentido nos ambientes científicos e internacionais, que desconhece que são as políticas promovidas pelo G-20 até o presente as principais causadoras do desastre socioambiental e nutricional que hoje sofre a humanidade. A crise climática, a perda massiva da biodiversidade, a degradação e contaminação dramática dos solos, recém denunciada pela FAO, ou a situação de mais da metade da humanidade passando fome, desnutrição, obesidade ou sobrepeso e doenças crônicas não transmissíveis associadas ao modelo produtivo dominante e aos alimentos industrializados ultra-processados que ele mesmo impõe, são indicadores que fazem com que esta Cúpula mereça o maior dos repúdios.

“*A segurança alimentar é um elo importante para alcançar estabilidade e paz*”: mais mentiras e hipocrisia. Não se pode pensar em estabilidade e paz quando os que produzem a maior parte dos alimentos estão sendo expulsos de seus territórios e perseguidos, e o agronegócio está envenenando.

“*Em nenhum outro caso a segurança e o desenvolvimento estão tão evidentemente interligados e se reforçam mutuamente como nos alimentos*”: a noção de “desenvolvimento” é um absurdo quando, para alcançar o “desenvolvimento dos países poderosos, necessitaríamos de 5 planetas terra.

“*Satisfazer as necessidades nutricionais das populações futuras requer uma maneira sustentável de aumentar a produtividade agrícola*”. Parte-se da falácia de que a solução passa por “aumentar a produtividade”, quando é claro que a problemática da alimentação em nível global não tem absolutamente nada que ver com o aumento da produtividade, mas

O Relatório recentemente publicado pela FAO expõe que:

- * A contaminação dos solos afeta a comida que comemos, a água que bebemos, o ar que respiramos, e a saúde de nossos ecossistemas [...]
- * O potencial dos solos para fazer frente à contaminação é limitado e, por isso, a prevenção da contaminação dos solos deveria ser uma prioridade em todo o mundo [...]
- * A intensificação da agricultura deixou seu legado de contaminação do solo em todo o planeta [...]
- * Sem dúvida, a maior parte da contaminação do solo deve-se a atividades humanas. Atividades industriais – incluídas a mineração, a fundição e a fabricação –; resíduos domésticos, do gado e urbanos; agrotóxicos, herbicidas, fertilizantes utilizados na agricultura; produtos derivados do petróleo que são liberados ou decompostos no meio ambiente; gases gerados pelo transporte: todos contribuem para agravar o problema. [...]
- * Alguns países de renda baixa ou média aumentaram significativamente seu uso de agrotóxicos na última década.

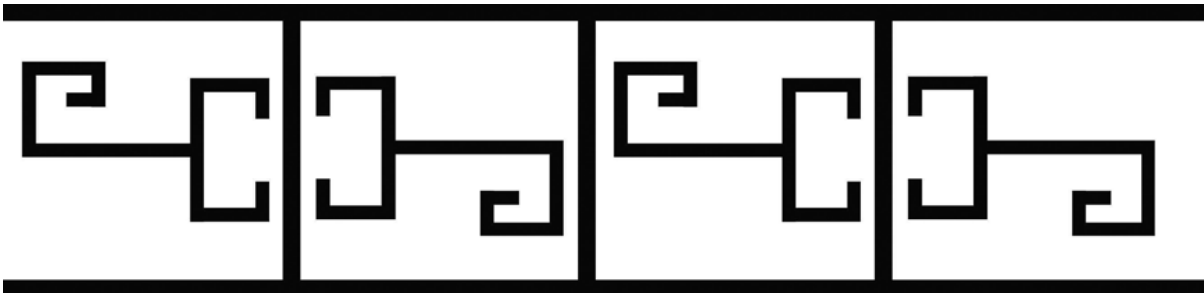
é fundamentalmente um problema de acesso, derivado dos níveis de desigualdade de riqueza e poder, desconhecidos na história da humanidade.

“*Solos saudáveis, férteis e produtivos são necessários para a segurança alimentar e a saúde humana, e sua preservação é crucial para o desenvolvimento sustentável e para a vida em nosso planeta*”. O relatório recente da FAO sobre os solos mostra que é o modelo vigente e instrumentalizado pelo G-20 o que está ameaçando os solos do mundo. Veremos agora, para além do discurso, como estas propostas seguem sendo as mesmas que provocaram este problema.

É importante nos determos um momento na Declaração feita no G-20 do ano passado (Declaração dos Líderes do G-20 Alemanha 2017, Hamburgo) em relação à “segurança alimentar”: “Para alcançar a segurança alimentar, nos comprometemos a aumentar a produtividade e a resiliência agrícolas de forma sustentável, apontando ao mesmo tempo para a proteção, gestão e utilização da água e dos ecossistemas aquáticos de forma eficiente”.



Tosquia de alpaca na comunidade Rasuyacu Corazón de Jesús, Toacazo, Cotopaxi, Equador. Foto: Martha Pacheco



Escorpiões da cultura wai wai da Região oeste do Pará, Brasil.

Porém, o aumento da produtividade não tem nada a ver com resolver o problema da fome no mundo. Como podem ignorar os governos que integram o G-20 que no mundo são produzidos alimentos suficientes para alimentar 12 bilhões de pessoas e mais de 30% daquilo que é produzido vai para o lixo?

Uma vez mais os verdadeiros objetivos são encobertos: seguir alimentando o monstro do agronegócio, mas enfeitando os discursos com palavras apropriadas para enganar às grandes maiorias: “resiliência, forma sustentável, proteger, gerir e utilizar a água e os ecossistemas”.

O discurso é desmontado à medida em que são analisados os indicadores atuais que mostram que a água potável, os solos, os ecossistemas, as florestas e o clima estão sofrendo danos que em breve serão irreversíveis.

Para ver qual é a proposta de fundo do G-20, é necessário dirigir-se ao capítulo da declaração que trata de Comércio e Investimentos. Ali são explicitadas as políticas com as quais o G-20 pensa impulsionar a “segurança alimentar”. Vamos dar uma olhada:

Comércio e investimentos: O comércio e os investimentos internacionais são motores importantes para o crescimento, a produtividade, a inovação, a geração de emprego e o desenvolvimento. Manteremos os mercados abertos advertindo sobre a importância do comércio recíproco e mutuamente benéfico, os marcos de investimento e o princípio de não discriminação, e continuaremos combatendo o protecionismo, incluídas todas as práticas comerciais desleais e reconhecendo o papel dos instrumentos legítimos de defesa do comércio neste sentido [...]

Nos esforçaremos para garantir regras de jogo equitativas, em especial mediante a promoção de um entorno favorável ao comércio e ao investimento neste sentido [...]

Estamos dispostos a trocar experiências sobre a redução dos custos de adaptação à liberalização do comércio e dos investimentos [...]

Reconhecemos que os benefícios do comércio e os investimentos internacionais não foram suficientemente expandidos.

O enfoque é o mesmo impulsionado pela OMC e os tratados de livre comércio: liberalização do comércio, abertura a investimentos, tratamento nacional para as corporações e, sobretudo, aprofundamento deste modelo.

As consequências, já as compartilhamos no ano passado frente à Cúpula da OMC:

1. Transformar os alimentos, a agricultura e as sementes em meras mercadorias.
2. Produzir alimentos onde for mais barato e fazê-lo abrindo o caminho às corporações do agronegócio com seus sistemas agrícolas industriais.
3. Impor um sistema industrial de produção, consumo e comércio que prioriza os benefícios econômicos acima do meio ambiente com a consequente destruição dos ecossistemas.
4. Perda da autonomia dos países e das autonomias locais e dos direitos sobre os territórios, permitindo a privatização de todos os bens naturais (sementes, água, terras, saberes).
5. Finalmente, a expulsão (muitas vezes através da violência direta) das comunidades locais camponesas e indígenas.

Por tudo isso, dizemos uma vez mais que frente ao modelo agroindustrial dominante promovido pelo capitalismo e seus mais ferozes representantes, o G-20, é necessário, urgente e possível que os povos nos unamos para construir, a partir de baixo, relações que disputem e tornem possível outros modelos de vida e organização social, e outro modelo de produção e alimentação, baseado na soberania alimentar e na agroecologia de base camponesa que sirva para satisfazer as necessidades de nossos povos e não do capital. ✨

**Por povos soberanos, livres,
com solos saudáveis, plantas saudáveis,
animais saudáveis e alimentos saudáveis!**

“Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares”

Carta da 17ª Jornada de Agroecologia do MST

38

*Os saberes populares
construídos no pensar
e fazer agroecológicos
e os saberes
construídos nos
espaços críticos da
academia se
encontraram e
mostraram que é
possível e necessário
trilhar um novo rumo
juntos. Durante
quatro dias de Jornada
caminhamos a palavra,
dialogamos e
praticamos uma
agroecologia do
campo e da cidade, de
quem produz e de
quem consome.*

Nós, povos do campo, da cidade, das águas e florestas, representados por mais de 10 mil participantes, oriundos do Paraná, de outros 6 estados brasileiros e de mais de 25 países, construímos a 17ª Jornada de Agroecologia e transformamos Curitiba, a capital da arquitetura do golpe, na capital da luta popular e da luta pela alimentação saudável. E com esse compromisso e admiração nos unimos às trabalhadoras e aos trabalhadores que permanecem firmes em vigília há mais de 60 dias pela democracia e pela liberdade do presidente Lula.

Aqui o judiciário, com seus privilégios e corrupções, articulou-se como aparelho da elite atrasada nacional e da elite imperialista internacional com o objetivo central de destruir um projeto soberano de país que estava em construção. Aliaram-se para congelar o estado social por 20 anos, para avançar contra os direitos do povo, para asfixiar as políticas públicas construídas com ardor na última década – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –, calando as lutadoras e os lutadores, criminalizando-os ou ceifando suas vidas. Aqui, nesta mesma cidade, hoje os movimentos sociais ficam as bandeiras vermelhas da luta e hasteiam as bandeiras coloridas da diversidade da vida.

No frio cortante da conjuntura, nos aquecemos e inflamamos a resistência. Construímos com o calor de nossas

mãos, dos nossos corpos, nossos rostos e nossas vozes a unidade dos sonhos e projetos para um Brasil popular, soberano e diverso. Todos juntos e sem medo. Trocamos saberes, sabores, cores e culturas, afirmando a capital paranaense como uma ocupação permanente da resistência.

Os saberes populares construídos no pensar e fazer agroecológicos e os saberes construídos nos espaços críticos da academia se encontraram e mostraram que é possível e necessário trilhar um novo rumo juntos. Durante quatro dias de Jornada caminhamos a palavra, dialogamos e praticamos uma agroecologia do campo e da cidade, de quem produz e de quem consome. Debates em seminários e conferências. Realizamos oficinas. No “túnel do tempo” mostramos a riqueza da história da agricultura e a necessidade urgente de construir um projeto popular, ecológico e soberano que a transforme. Trouxemos os frutos de nosso trabalho e nossas sementes para a feira agroecológica. Compartilhamos nossas comidas na “culinária da terra”. Cantamos, dançamos e contamos a cultura da diversidade e do compromisso. A Jornada de agroecologia é tudo isso: um grande novelo que enreda os que já têm uma longa caminhada com aqueles que se iniciam na transição agroecológica.

Foram dias muito intensos de perguntas: por que o agronegócio no Brasil insiste em liberar os agrotóxicos nos



Feria de rua em Guacimal, Costa Rica. Foto: Zuirí Méndez

alimentos que comemos em até 400 vezes e da água que bebemos em até 5.000 vezes mais do que na Europa? O que significa para os camponeses e camponesas a redução das políticas públicas que apoiam a produção de alimentos de qualidade para a mesa do povo brasileiro? Como podemos enfrentar a indústria cultural que promove uma cultura destrutiva, reforçando preconceitos e um modelo de vida que nos adocece?

Mas também foram dias de respostas. A propaganda não nos engana: o agronegócio não é tech, é tóxico. A agroecologia é vida e cultura. A participação intensa das mulheres na agroecologia não só reequilibra a desigual divisão sexual do trabalho, mas também introduz a necessidade de repensar nossa sociedade desde o cuidado e contra o capital que mata; conseguimos reconhecer que existem outras formas de pensar a economia, não mais dominada pelo lucro e a concorrência, mas sim desde a solidariedade, a diversidade e a organização popular; consideramos que a educação compromissada com a libertação e a crítica, como a educação do cam-

po, continua apontando saídas necessárias para a crise civilizatória em que estamos.

Com a experiência que acumulamos nas 16 Jornadas anteriores e com a fortaleza dos debates e dos fazeres dessa 17ª Jornada queremos alçar a voz para apresentar nossa crítica, precisa e direta, à dominação das grandes empresas e corporações que transformam toda a biodiversidade em mercadoria e violam os direitos humanos. Para nós a biodiversidade é bem comum que deve se desenvolver junto aos povos que cultivam a terra e a vida com os saberes tradicionais, a criatividade das juventudes e a força das mulheres.

Denunciamos a guerra agrária que arrasa nosso país, que concentra terras, florestas e águas, que envenena os alimentos, que expulsa do campo e que mata as camponesas e camponeses. Por isso, reafirmamos nosso compromisso por uma terra livre de transgênicos, livre das novas manipulações genéticas e sem agrotóxicos.

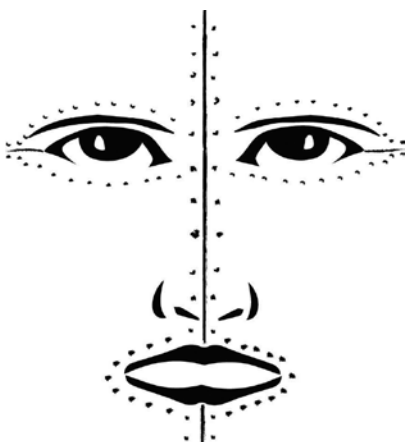
Sabemos que para fazer agroecologia é preciso acesso à terra e à biodiversidade nela contida. A reforma agrária popular urge como nunca, assim como

A propaganda não nos engana: o agronegócio não é tech, é tóxico. A agroecologia é vida e cultura. A participação intensa das mulheres na agroecologia não só reequilibra a desigual divisão sexual do trabalho, mas também introduz a necessidade de repensar nossa sociedade desde o cuidado e contra o capital que mata; conseguimos reconhecer que existem outras formas de pensar a economia, não mais dominada pelo lucro e a concorrência.



Foto: Leonardo Melgarejo

A reforma agrária popular urge como nunca, assim como a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas, o reconhecimento de territórios de comunidades tradicionais e o assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas hoje no Brasil.



Manyuára, cultura borari da Região oeste do Pará, Brasil.

a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas, o reconhecimento de territórios de comunidades tradicionais e o assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas hoje no Brasil. Só assim o alimento deve retornar à sua natureza de nutrição humana e animal e ao seu papel fundamental na cultura dos povos. A agricultura deve estar à serviço da humanidade e não do capital.

Afirmamos que agroecologia não é somente produzir sem veneno. Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares. É garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade. É valorização do trabalho e do ser e saber camponês. É respeito e promoção da diversidade social, ambiental e identitária. A Agroecologia é a concreta capacidade dos povos para as enfrentar as mudanças climáticas no planeta e garantir a soberania e segurança alimentar. É por isso também que a agroecologia e a democracia são indissociáveis.

Travamos dia-a-dia, batalhas por mais direitos, eleições livres e democráticas. Sabemos que o poder popular cabe a nós. É nossa tarefa histórica que não será delegada às elites dependentes brasileiras e nem aos imperialistas da

burguesia internacional. Retomemos as rédeas de nossa história. Tecendo o futuro que já começou.

Somos milhões que em marcha, no campo, na cidade, nas terras, nas águas, nas florestas, nos rincões do Paraná, do Brasil e do mundo bradamos por solidariedade, liberdade e justiça. Por isso, exigimos a liberdade para Lula e para todos as lutadoras e lutadores o povo, encarcerados e criminalizados por ousarem sonhar por vida, paz, pão e igualdade para toda a humanidade.

Pensam que podem nos prender, mas seguimos livres e lutando! Pensam que podem nos matar, mas somos sementes!

Em resposta à violência nos unimos. Em resposta à barbárie nos organizamos. Na unidade, venceremos. Não temos tempo para ter medo. Temos nossos punhos e o sentimento do mundo. 🌱

Cuidando da Terra, cultivando
biodiversidade e colhendo soberania
alimentar! Viva a Jornada de
Agroecologia!
Viva a democracia!
Lula Livre!!!

Curitiba, 09 de junho de 2018.

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza é composta, atualmente, por doze movimentos e organizações que atuam ativamente nestes temas na região:

GRAIN, Argentina, Chile e México (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

ETC Group, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo
(<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Sítios temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A *Alianza Biodiversidad* convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, Sustento e Culturas, bem como sua impressão nos diferentes países em que a *Alianza Biodiversidad* atua http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado ou entidade)

